

À COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Av. Professor Magalhaes Neto, 1838 – Pituba – Salvador – BA – CEP: 41810-012

Att.: Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação

Referente: Processo Adm. Nº 0344/2025 - EDITAL DE LICITAÇÃO nº 0012/2025.

Impugnante: Lima & Torres Engenharia e Consultoria Ltda.

Finalidade: IMPUGNAÇÃO AO RECURSO INTERPOSTO PELA RECORRENTE CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA (TCRE ENGENHARIA LTDA E G5 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA).

LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.148.179/0001-01, com endereço na Alameda Terracota, 185 - conjunto 1213 – Bairro Cerâmica – CEP: 09531-190 - São Caetano do Sul – SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na **Lei nº 13.303.16 e NOS TERMOS DO EDITAL nº 012/2025 – ITEM 7 e SEQUENTES - PROPOSTA TÉCNICA – ANEXO “C” e “E” do EDITAL e demais dispositivos legais, pertinentes para o caso em tela**, apresentar, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO AO RECURSO INTERPOSTO PELA RECORRENTE CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA (TCRE ENGENHARIA LTDA E G5 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA)**, pelo que passamos a expor.

I – SÍNTESE DO RECURSO INTERPOSTO

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás instaurou a **Concorrência nº 0012/2025**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na **elaboração de projetos de engenharia de rede de distribuição de gás natural**, pelo prazo de 30 meses, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Conforme registrado na **Ata Interna de Análise Técnica (03/09/2025)**, os índices técnicos obtidos pelas licitantes foram:

-Lima & Torres Engenharia e Consultoria Ltda. – IT = 1.0.

- Consórcio Gasoduto Bahia – IT = 0.81.

Inconformado, o **Consórcio Gasoduto Bahia** interpôs recurso administrativo, pleiteando a reavaliação de sua pontuação e a reavaliação e a desclassificação da Impugnante. Todavia, como restará demonstrar, o recurso é inadmissível e improcedente, devendo sequer ser conhecido.

Afinal, conforme consta da **Ata Interna de Análise Técnica**, diversos atestados apresentados pelo Consórcio Gasoduto Bahia foram desconsiderados por ausência de profissional hábil a desempenhar as funções exigidas, por não guardarem pertinência com o objeto da licitação ou por se tratar de contratos de fiscalização de obras.

Ademais, nota-se que o **item 7.1.3 do Edital nº 0012/2025** é expresso ao determinar que a ausência de documentos válidos ou em desacordo com as exigências implica desclassificação imediata da proposta técnica, sem possibilidade de regularização posterior.

Assim, aceitar tais documentos violaria o **Princípio da Vinculação ao edital**, previsto no **art. 37, XXI, da Constituição Federal**, e no **art. 31 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)**. Afinal, o edital é a “lei da licitação”.

Ou seja, a Administração e os licitantes estão estritamente vinculados às suas regras, sendo vedada qualquer flexibilização de critérios objetivos.

Logo, o recorrente tenta, indevidamente, utilizar documentos ineficazes e já rejeitados, o que torna o recurso inadmissível, assim, reitera-se, o recurso sequer deve ser conhecido.

II – DO PEDIDO DA EMPRESA RECORRENTE DE REAVALIAÇÃO DA NOTA TÉCNICA DO CONSÓRCIO

Veja, como se não bastasse, no recurso interposto, a empresa recorrente tenta uma reavaliação de sua nota, com intuito de majorar a sua pontuação no certame licitatório.

Ocorre que, caso o recurso seja apreciado e haja uma reavaliação da nota, da empresa recorrente, somente restará, para esta r. Comissão, minorar a pontuação da empresa recorrente, por todo o que passamos a expor, senão vejamos.

Resumidamente, devemos observar, o Item 7, normatiza a forma de apresentação e os critérios de avaliação das propostas técnicas das licitantes.

Veja que a proposta das empresas **G5 Engenharia** e **TCRE**, indicou **profissional que não integra o quadro de responsáveis técnicos perante o CREA**, em violação direta à exigência editalícia, como restará demonstrado.

REITERA-SE, a Comissão corretamente desconsiderou atestados do Consórcio recorrente que não atendiam ao edital, como o **atestado COPERGÁS (CAT 220628853/2025)**, que se refere a contrato de fiscalização de obras e não a elaboração de projetos.

E isto não é tudo, após uma análise com mais profundidade em toda a documentação apresentada, pela empresa recorrente, no recurso interposto, bem como as normas insertas nem edital, podemos averiguar que o **Item 7 do Edital** em comento, estabelece de maneira clara e objetiva os critérios para avaliação das Propostas Técnicas das empresas licitantes e portanto, passamos a expor.

Pois bem, o **Item 7.1.2** estabelece que todos os licitantes deverão fazer prova da sua inscrição em Conselho Regional de Engenharia (CREA), através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

Neste viés, o **Item 7.1.3**, estabelece os critérios para a comprovação da Capacidade Técnica – operacional das licitantes e o **Item 7.1.4** estabelece que os critérios para o **CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA** estão estabelecidos no **ANEXO C**.

Por sua vez, a **Circular 05**, estabeleceu nova redação para o **ANEXO C**. Portanto, os critérios validos para a avaliação da pontuação técnicas das licitantes, são os critérios estabelecidos na **Circular 05, de 16 de maio de 2025**.

Ou seja, a **Circular 05** estabelece de maneira cristalina que as empresas licitantes devem comprovar, de maneira distinta, a capacidade técnica profissional dos profissionais que integram o se quadro de Responsáveis Técnicos perante o CREA, da capacidade técnica dos demais profissionais que integram as suas equipes de trabalho, conforme demonstramos a seguir:

a) **Conforme exigências insertas da Tabela 01**, as licitantes devem comprovar a experiência dos profissionais que integram o seu quadro de Responsáveis Técnicos junto ao CREA.

b) **Conforme exigências insertas da Tabela 02**, as licitantes devem comprovar a experiência dos demais profissionais que integram suas equipes de trabalho, não trazendo qualquer restrição quanto a possibilidade de que seja indicado pelas licitantes algum dos profissionais que integrem o seu quadro de responsáveis técnicos, junto ao CREA.

Desta maneira, apresentamos a seguir, imagens distintas das referidas tabelas, que demonstram sem sombra de dúvidas, as distintas exigências contidas em Edital, vejamos:

1.Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:

ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTOS	NOTA
1.1	Responsável Técnico detentor de Acervo Técnico em gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de gasodutos, ou oleodutos, ou dutos de transferência/transporte de fluidos industriais químicos ou petroquímicos, ou minerodutos.	5	

2. Tabela de Avaliação da Equipe Técnica

2.1	Experiência do Executante de serviços técnicos especializados na disciplina de Engenharia Mecânica pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico em projeto de instalações industriais das áreas química ou petroquímica, ou de redes de dutos em aço e polietileno para distribuição de petróleo e/ou gases combustíveis, ou provenientes de transportes por minerodutos.	5	
-----	---	---	--

Assim, analisando a Proposta Técnica da Recorrente, verifica-se que para o cumprimento das exigências constantes da **1. Tabela de Avaliação do Responsável Técnico**, foi apresentação o Engº Fernando Cezar Soares Pereira, para os Itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, conforme demonstrado abaixo:

1. Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:

ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTOS	NOTA
1.1	Responsável Técnico detentor de Acervo Técnico em gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de gasodutos, ou oleodutos, ou dutos de transferência/transporte de fluidos industriais químicos ou petroquímicos, ou minerodutos.	5	5
Extensão de rede de dutos em um único projeto, sendo: - Até 25,0 km, e/ou até 50.000 kg – zero ponto. - De 25 a 50 km, e/ou de 50.000 a 75.000 kg – 01 ponto; - De 50 a 100 km, e/ou de 75.000 a 100.000 kg – 3 pontos; - Acima de 100 km e/ou acima de 100.000 kg – 5 pontos. • O Engº Fernando Cezar Soares Pereira comprova a pontuação máxima, através dos CAT's apresentados a seguir.			
1.2	Responsável Técnico certificado válido RMP (Projeto)		

Entretanto, verificando as certidões do CREA apresentadas, das 02 empresas que integram o Consorcio formado, o **Engº Fernando Cezar Soares Pereira**, não integra o quadro de Responsável Técnico de nenhuma das empresas.

Neste raciocínio, apresentamos a seguir, a relação dos profissionais que integram o quadro de Responsáveis Técnicos, **FRISE-SE, das 02 empresas que integram o Consorcio formado:**

T.C.R.E. Engenharia Ltda – CNPJ: 67.987.198/0001-10

CREA/SP – certidão CI-3544341/2025:

- TURÍBIO CEZAR AVES FILHO – ENGENHEIRO CIVIL,
- EIKO ISHIDA – ENGENHEIRO CIVIL,
- ANA CRISTINA WERNER PIRES – ENGENHEIRA DE MATERIAIS,
- MARCO ANTONIO GUARDIA – ENGENHEIRO CIVIL E ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,
- RAFAEL PIZZIRANI CAMPOS – ENGENHEIRO CIVIL,
- CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO MAGALHÃES – ENGENHEIRO CIVIL,
- SERGIO SHIGUERU KIDA – ENGENHEIRO ELETRICISTA – ELETRÔNICA,
- FABIO ESPOSITO PARIZ – ENGENHEIRO CIVIL,
- SOUZI IWATA – ENGENHEIRO INDUSTRIAL – MECÂNICA.

Responsabilidades Técnicas Ativas:

Nome: TURIBIO CEZAR ALVES FILHO

Título: ENGENHEIRO CIVIL

Do artigo 7º, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Origem do Registro: CREA-SP

Número do Registro (CREASP): 0601395667

CREA/BA – certidão N° 270222/2025:

- EIKO ISHIDA – ENGENHEIRO CIVIL,
- MARCOS ROGÉRIO AGOSTTA – ENGENHEIRO MECÂNICO,
- SOUZI IWATA – ENGENHEIRO INDUSTRIAL – MECÂNICA,
- THALLES RUAN SEIXAS SANTOS – ENGENHEIRO MECÂNICO,
- MARCO ANTONIO GUARDIA – ENGENHEIRO CIVIL E ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,
- ROBERTO BERBERT MARQUES TAVARES DE SOUZA – ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO – MECÂNICA
- TURÍBIO CEZAR AVES FILHO – ENGENHEIRO CIVIL.

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: EIKO ISHIDA

Registro: 2603414259

CPF: ***.320.818-**

G5 – Engenharia e Gerenciamento Ltda – CNPJ: 05.567.889/0001-07

CREA/PR - certidão 51802/2025:

- CICERO JOSÉ ALBERTON – ENGENHEIRO ELETRICISTA,
- GIOVANNI CARVALHO MARQUESI – ENGENHEIRO CIVIL,
- JOAQUIM MONTEIRO GARCEZ DUARTE – ENGENHEIRO CIVIL,
- VICTOR RAFAEL GALVAN LIEVANO – ENGENHEIRO CIVIL,
- WILSON SOARES JUNIOR – ENGENHEIRO CIVIL,
- GABRIELA REICHERT – ENGENHEIRA AMBIENTAL,
- ISABEL CRISTINA SALAH – ENGENHEIRA CIVIL,
- ISABELA GROSSI DA SILVA – ENGENHEIRA CIVIL,
- JOSÉ LUIZ GRAVENA JUNIOR – ENGENHEIRO ELETRICISTA,
- LEONARDO PEREIRA ATHAI MAZZIOTTI – ENGENHEIRO CIVIL,
- MILENA ARRUDA SILVA – GEOLOGA,
- RODOLFO ROSENDO DE CARVALHO – ENGENHEIRO CIVIL,
- SABRINA ROBECK LUCHETTA – ENGENHEIRA CIVIL.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 05.567.889/0001-07

NOME CIVIL: CICERO JOSE ALBERTON

Carteira: PR-121428/D – Data de expedição: 05/12/2011

Do exposto, imperioso constatar **que o Engº Fernando Cezar Soares Pereira, não integra o quadro de profissionais Responsáveis Técnicos, FRISE-SE, de nenhuma das 02 empresas que integram o Consorcio formado**, para participar do presente certame.

Portanto, a pontuação atribuída pela R. Comissão a Recorrente para todos os itens da Tabela 01, Itens 1.1, 1.2 1.3 e 1.4 foi equivocada e merece reparo, para diminuir a pontuação da empresa recorrente.

Vale demonstrar, a jurisprudência do TCU, constante no Portal do TCU, já se manifestou quanto ao tema:

“A qualificação técnico-profissional trata da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame. O licitante deve indicar profissional (registrado no conselho profissional competente, quando for o caso) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que será o responsável técnico caso o licitante seja contratado[2]. Lei 14.133/2021, art. 67, inciso I; Tribunal de Contas da União, 2010, p. 387”.

“...

indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. A equipe indicada deve participar da execução do contrato, e a substituição desses profissionais por outros de experiência equivalente ou superior será admitida quando houver autorização prévia da Administração[18]. Lei 14.133/2021, art. 67, inciso III e § 6º.

...”.

Portanto, reiteramos, o Engº Fernando Cezar Soares Pereira, não faz parte do quadro de Responsáveis Técnicos, FRISE-SE, de nenhuma das 02 empresas que integram o Consorcio formado.

Desta maneira, a empresa Recorrida, desde já, vem, respeitosamente, perante esta R. Comissão requerer a correção da equivocada pontuação atribuída à Recorrente, por descumprimento das exigências Editalícias incertas no ANEXO C, conforme tabela apresentada a seguir:

1. Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:			
ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTOS	NOTA
1.1	Responsável Técnico detentor de Acervo Técnico em gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de gasodutos, ou oleodutos, ou dutos de transferência / transporte de fluidos industriais químicos ou petroquímicos, ou minerodutos.	5	0
Extensão de rede de dutos em um único projeto, sendo: - Até 25,0 km, e/ou até 50.000 kg – zero ponto; - De 25 a 50 km, e/ou de 50.000 a 75.000 kg – 01 pontos; - De 50 a 100 km, e/ou de 75.000 a 100.000 kg – 3 pontos; - Acima de 100 km e/ou acima de 100.000 kg – 5 pontos. Engº Fernando Cezar Soares Pereira - não integra o rol de profissionais Responsáveis Técnicos da Empresa T.C.R.E. Engenharia Ltda e/ou G5 – Engenharia e Gerenciamento Ltda.			
1.2	Responsável Técnico certificado válido PMP (Project Management Professional) emitido pelo PMI (Project Management Institute).	5	0
1.3	Experiência do Responsável Técnico , pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de implantação de gasodutos, ou de redes de dutos em aço / polietileno para distribuição de produtos químicos ou inflamáveis, ou provenientes de transportes por minerodutos.	5	0
1.4	Experiência do Responsável Técnico , pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de Sondagens geotécnicas e geofísicas para definição quantitativa e qualitativa de solos e rochas	5	0
Será considerado o tempo de experiência, sendo: - Até 5 anos – zero ponto; - De 5 anos e 1 mês a 8 anos – 60% dos pontos devidos ao item; - Acima de 8 anos – 100% dos pontos devidos ao item.			
TOTAL DE PONTOS		20	0
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
1. A experiência dos profissionais indicados nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deverá ser comprovada pela apresentação das respectivas CAT e apresentação de certificado válido no item 1.2			

E, apenas para que não reste dúvidas quanto à necessidade de que o profissional apresentado para satisfazer as exigências contidas na Tabela 01, Itens 1.1, 1.2 1.3 e 1.4, integre o quadro de responsáveis técnicos das licitantes, mediante a comprovação de tal responsabilidade estar consignada na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica apresentada pelas licitantes, trazemos a **Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, da BAHIA GÁS, datada de 29 de agosto de 2023, na qual a Recorrente (T.C.R.E. Engenharia Ltda) sagrou-se vencedora deste certame licitatório.**

Vale observar, naquela oportunidade a R. Comissão, apontou de maneira clara que o Responsável Técnico indicado para o Item 1.1 e 1.3, Engº Fernando Cezar Soares Pereira, foi aceito pois referido profissional integrava o quadro de responsáveis técnicos da Recorrente, conforme demonstrado, insistimos, naquela oportunidade, na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica apresentada no certame.

Apresentamos a seguir a **decisão da R. Comissão da BAHAGAS, consignada na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, que demonstra de maneira cristalina e didática, a necessidade de que para satisfazer as exigências contidas na Tabela 01 – Avaliação do Responsável Técnico, os profissionais indicados pelas empresas licitantes necessariamente devem constar do quadro de responsáveis técnicos constantes da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica apresentada no certame, vejamos:**

b) AVALIAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Prova de Inscrição da licitante em Conselho Regional de Engenharia (CREA), através da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

Item 1.1 dos critérios: Responsável Técnico: Engenheiro Mecânico, Fernando César Soares Pereira.

→ CAT: 31376/2019 vinculada à ART BA2013.230929. Atestado emitido pela empresa tomadora dos serviços (BAHAGAS), compatível com a exigência do Edital, comprovando a elaboração de projeto de único projeto Gasoduto Alagoinhas Fase 2 – 20,22 km.

→ Conforme critérios de pontuação do item, a TCRE acumulou 00 (ZERO) PONTOS, por apresentar atestado para um único projeto com extensão inferior a 99,9 km.

Assim, reiteramos, imperioso que a decisão da R. Comissão na qual atribuiu a Recorrente “14 PONTOS” seja reformada, devido ao profissional apresentado pela Recorrente, **o Engº Fernando Cezar Soares Pereira, não integra o quadro de profissionais Responsáveis Técnicos da Recorrente (T.C.R.E. Engenharia Ltda ou G5 – Engenharia e Gerenciamento Ltda)**, conforme demonstrado acima de maneira inequívoca, **devendo a nota técnica da Recorrente ser reformada para “ZERO PONTOS”,** por ser medida que se impõe.

Portanto, em que pese a argumentação da Recorrente, em pleitear a revisão da sua nota relacionada ao Item 1.1, trazendo características do Gasoduto projetado, que não estão demonstradas na CAT nº 191855/2023, referida argumentação é inócua para o caso em tela, pois, referido profissional, Engº Fernando Cezar Soares Pereira, não integra o quadro de profissionais Responsáveis Técnicos da Recorrente, devendo de fato a sua nota ser reformada, porém não nos moldes solicitados pela Recorrente. Conforme demonstrado acima, a pontuação atribuída ao Item 1.1 deve ser reformada de “01 PONTO”, conforme descrito na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0012/2025, para “ZERO PONTO”, por ser medida que se impõe.

Como se não bastasse, com relação a argumentação sobre o seu inconformismo com a pontuação recebida com relação ao Item 1.4, melhor sorte não assiste a Recorrente, vejamos.

Conforme demonstrado, o profissional apresentado pela Recorrente para a comprovação da experiência do Responsável Técnico para o Item 1.4, também foi o Engº Fernando Cezar Soares Pereira e segundo a documentação apresentada, o Engº Fernando Cezar Soares Pereira, é Engenheiro Mecânico.

Entretanto, para a comprovação da experiência do Responsável Técnico exigido no Item 1.4, o ANEXO C, traz a seguinte exigência:

1.4	Experiência do Responsável Técnico , pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de Sondagens geotécnicas e geofísicas para definição quantitativa e qualitativa de solos e rochas	5	
-----	--	---	--

Neste contexto, para o atendimento desta exigência Editalícia do Item 1.4, as empresas licitantes deveriam apresentar, necessariamente profissionais que integrem o seu quadro de Responsáveis Técnicos, conforme exhaustivamente demonstrado acima e que referido profissional apresentado tenha atribuição técnica profissional, compatível com o serviço descrito no Item 1.4.

Ou seja, apenas os profissionais com formação nas disciplinas de Engenharia Civil, Geologia ou Geofísica, possuem atribuição técnica profissional, para serem Responsável Técnico pelos serviços descritos no Item 1.4, perante o CREA.

Lamentavelmente, os engenheiros mecânicos, não possuem atribuição técnica profissional para ser Responsável Técnico por “Sondagens Geotécnicas” ou “Geofísicas”, conforme exigência do Item 1.4. Desta maneira, de fato a pontuação atribuída à Recorrente pela R. Comissão, de fato está equivocada. Porém, não nos termos pleiteados pela Recorrente.

A pontuação atribuída a Recorrente com relação ao Item 1.4 pela R. Comissão, deveria ter sido “ZERO PONTO”, considerando que o **Engº Fernando Cezar Soares Pereira**, não integra o quadro de profissionais Responsáveis Técnicos pela Recorrente, tampouco, referido profissional tem atribuição técnica profissional, para se responsabilizar pelos serviços descritos no referido Item.

Do exposto, requer que esta R. Comissão Reforme o equívoco descrito acima, atribuindo “ZERO PONTO” a Recorrente no Item 1.4.

Com relação ao absurdo pleito da Recorrente, de inclusão de nova documentação em sua Proposta Técnica, vimos respeitosamente requerer a esta R. Comissão, impugnar este pleito, de plano, por ser razão de justiça. Afinal, referido procedimento é vedado de maneira EXPRESSA no Edital, conforme disposto no Item 10.3, vejamos:

10.3 - Recebidos as referidas documentações não será permitida a participação de retardatários nem quaisquer retificações, adendos, acréscimos, supressões ou substituições à documentação de habilitação e às propostas apresentadas.

Portanto vimos perante esta R. Comissão, IMPUGNAR o absurdo pleito da Recorrente, por ser medida que se impõe.

Caso a Recorrente julgasse que no Edital continha algum Item ou alguma exigência, exagerada, descabida ou quiçá ilegal, deveria ter arguido tal fato tempestivamente, conforme estabelecido no Item 3.1 do Edital, vejamos:

3 – ADITAMENTOS E/OU ESCLARECIMENTOS

3.1 – A empresa interessada é responsável pela verificação e identificação de todos os documentos que integram este Edital. Caso encontre discrepâncias ou omissões nestes documentos, ou ainda julgar necessário quaisquer esclarecimentos adicionais, deverá dirigir-se a BAHIA GÁS, via o e-mail licitacao@bahia gas.com.br.

3.1.1 - As solicitações de esclarecimentos deverão ser apresentadas até o 5º dia útil que anteceder a data fixada para abertura desta Licitação de forma a permitir que a Administração, diante da complexidade do objeto e da própria solicitação, possa respondê-las em tempo hábil.

Ademais, além de o Edital estabelecer a forma e o tempo adequado para as licitantes arguirem irregularidades, discrepâncias ou dúvidas relacionadas ao certame em tela, o Item 3.2.1 e o Item 4.5, estabelece que a participação de qualquer licitante no presente certame, corresponde a aceitação integral dos procedimentos dispostos em Edital, vejamos:

3.2.1 – Ultrapassada a fase de esclarecimentos, a continuidade da participação da empresa interessada implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, pressupondo-se que os documentos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo, em nenhuma hipótese, direito a qualquer reivindicação posterior com base em alegações de imperfeições, omissões ou falhas nos referidos elementos.

4.5 - A participação na presente licitação implica e fará prova de que o licitante:

I - conhece e concorda com todas as especificações e condições do edital e seus anexos, com aceitação integral e irrevogável de todos os seus termos, cláusulas e condições, submetendo-se às condições nele estabelecidas;

V - Considerou que o Edital e seus anexos referentes a esta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

Assim, qualquer questionamento da Recorrente quanto aos procedimentos estabelecidos em Edital, neste momento, é totalmente intempestivo e ilegal, traduzindo apenas a sua insatisfação com o resultado da licitação alcançado, culminando com a acertada declaração pela R. Comissão de que a Recorrida foi a empresa melhor classificada e por consequência a única empresa Habilitada no presente certame licitatório.

Pois bem, após a exigência do Edital para a comprovação da experiências dos profissionais que integram o quadro de Responsáveis Técnicos das licitantes, conforme Tabela 01, o Edital exigiu a comprovação da experiência da Equipe Técnica indicada pelas licitantes, conforme Tabela 02.

Neste contexto, o Item o **Item 2.5** exige de maneira clara e objetiva que para o cumprimento das exigências inserir em Edital, as licitantes deveriam a apresentar profissionais com formação nas disciplinas de Geologia ou Geofísica, vejamos:

Acima de 5 anos – 5,0 pontos.			
2.5	Experiência do Executante de serviços técnicos especializados na disciplina de Geologia ou Geofísica pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico em trabalhos de laudos geológicos, através de sondagem, caracterização e classificação do solo	5	
Será considerado o tempo de experiência, sendo: - Até 3 anos – zero ponto; - De 3 anos e 1 mês a 5 anos – 2,5 pontos; - Acima de 5 anos – 5,0 pontos.			

Entretanto a Recorrente apresentou o profissional, **Engº Giovanni Carvalho Magnus, Engenheiro Civil**, desrespeitando frontalmente as exigências contidas em Edital.

Em que pese os argumentos da Recorrente, referido profissional tem formação diversa da formação exigida em edital, portanto não atende as exigências contidas no ANEXO C, razão pela qual a R. Comissão, **FRISE-SE, acertadamente atribuiu “ZERO PONTO” à Recorrente para o Item 2.5,** vejamos:

e) Item 2.5 dos critérios:

O profissional Engenheiro Civil Giovanni Carvalho Marquesi não atende aos requisitos exigidos no edital (Geologia ou Geofísica).

Conforme critérios de pontuação do item, o CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA acumulou 00 (ZERO) PONTOS, por não apresentar profissional compatível com os requisitos exigidos no edital para item.

Com relação ao pleito da Recorrente para que a R. Comissão aceite um engenheiro civil, em substituição aos profissionais exigidos em Edital, **Geólogo ou Geofísico, FRISE-SE, pleito totalmente ilegal e intempestivo,** referido pleito deve ser rejeitado pela R. Comissão.

Afinal, caso a Recorrente, julgasse possível esta substituição de especialidade / formação profissional, deveria ter realizado este pleito ainda em fase de esclarecimentos, Item 3.1 do Edital, ou quem sabe, ter impugnado o Edital, nos termos do Item 13.2, vejamos:

13.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a BAHIA GÁS, qualquer cidadão que não apontar, até o 5º (quinto) dia útil do prazo limite para entrega da proposta, as falhas ou irregularidades que viciaram o Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Referido pleito, neste momento, demonstra o total desrespeito da Recorrente às Normas legais e o seu inconformismo com o resultado desfavorável no certame.

Desta maneira, a Recorrida solicita a esta R. Comissão, que seja mantido o acertado critério de julgamento adotado para o caso em tela, mantendo a nota constante da Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0012/2025, “ZERO PONTOS”, por ser medida que se impõe.

Na sequência, a Recorrente questiona o acertado julgamento desta R. Comissão com relação a comprovação da experiência do profissional apresentado, para o cumprimento das exigências contidas no **Item .6**.

A Recorrente, pleiteia que a R. Comissão considere nova análise no atestado **COPERGAS – CAT 220626544/2025**, entretanto referida CAT, não existe na documentação apresentada.

Porém, a Recorrente alega que no referido atestado, “consta em nome do engenheiro de projetos, **Engº Souzi Iwata**; (Item 1.4 – Especialista em Projetos – 56,7 meses)”.

Analisando a documentação constante da Proposta Técnica da Recorrente, localizamos referências, com alguma semelhança, às informações descritas no Recurso apresentado, relacionadas ao atestado apresentado **COPERGAS CAT 2220620644/2025**.

E ainda, analisando o atestado **COPERGAS CAT 2220620644/2025**, apresentado, encontramos no referido documento o nome do Engº **Souzi Iwata**, e o suposto Item 1.4, porém indicando “Engenheiro Especialista em Planejamento”. O **Item 1.2**, contém a descrição “Engenheiro Especialista em Projetos”.

Entretanto, acima do quadro onde constam os itens numerados de 1.1 a 1.7, está indicado quais os serviços executados, “**Serviços de Consultoria Específicas**”, objeto diverso ao exigido no Item 2.6, Tabela 02, do ANEXO C do Edital em comento, vejamos:

Serviços de Consultoria Específica - Total de Horas Técnicas Utilizadas = 79.957,60 horas.

Item	Descrição de Serviços	Unidade	Quantidade Total Medida
1.1	Engenheiro Coordenador de Fiscalização.	Mês	24,33
1.2	Engenheiro Especialista em Projetos	Mês	56,87
1.3	Engenheiro Especialista em Obras	Mês	101,57
1.4	Engenheiro Especialista de Planejamento	Mês	23,93
1.5	Técnico Especialista de Obras	Mês	113,95
1.6	Técnico Especialista de Projetos	Mês	18,30
1.7	Técnico Especialista em Planejamento	Mês	53,71

Seguindo na análise do atestado COPERGAS CAT 2220620644/2025, apresentado, verificasse que o objeto contratado é de Fiscalização e Supervisão, de Obras e Projetos, conforme corretamente observado e justificado pela R. Comissão na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0012/2025, vejamos:

13. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

NOME	REGISTRO PROFISSIONAL CREA/RNP		ART	TIPO DE ART
Eng. Mecânico: Fernando Cezar Soares Pereira	05032681PE	270503268-1	PE20220851838	CO-RESPONSÁVEL - INICIAL
Eng. Civil: Turíbio Cezar Alves Filho	77847PE	2604572095	PE20241083601	EQUIPE - INICIAL
Eng. Mecânico: Souzi Iwata	03020331PE	2603020331	PE20251310942	EQUIPE - INICIAL
			PE20251310949	EQUIPE - 01º T.A
			PE20251310958	EQUIPE - 02º T.A

A seguir indicamos a justificativa da R. Comissão pela recusa em considerar o atestado COPERGAS CAT 2220620644/2025, como documento hábil a comprovar a experiência do profissional apresentado para o atendimento das exigências contidas no Item 2.6, da Tabela 02 do ANEXO C, vejamos:



OBS: O atestado emitido pela PBGÁS não foi aceito pois não cita o nome do profissional como parte do corpo técnico do projeto. O atestado emitido pela COPERGAS CAT CAT 2220620644/2025 não foi aceito por ser contrato de fiscalização de obras e projetos, não atendendo ao escopo solicitado no edital.

Como se não bastasse, a Recorrente traz em seu recurso o absurdo pleito de que a R. Comissão aceite um atestado de capacidade técnica emitido pela PBGÁS, onde não consta o nome do Engº Souzi Iwata, no referido documento.

Apenas para que não paire dúvidas com relação a este fato, apresentamos a seguir, imagem extraída do referido atestado, onde estão relacionados de maneira expressa quais os profissionais que integraram a Equipe Técnica do referido contrato, vejamos:



Destacamos que, logo abaixo da relação dos profissionais que integraram a Equipe Técnica do referido contrato, **está consignado o “de acordo” do sócio da Recorrente, que assina o recurso interposto**, aos termos ali posto, veja:



Neste contexto, impossível saber em quais condições ocorreu a emissão da CAT 2220620644/2025, frise-se, irregular, porém, para efeito de comprovação da experiência do profissional apresentado pela Recorrente, imperiosa a manutenção decisão da R. Comissão em desconsiderar este documento, emitido pela PBGÁS, empresa idônea que, claramente, atesta que o referido profissional não fez parte da equipe técnica do contrato em comento.

Desta maneira, a Recorrida requer a esta R. Comissão, que seja mantido o acertado critério de julgamento adotado para o caso em tela, mantendo a nota constante da Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0012/2025, “02 PONTOS” para o Item 2.6, por ser medida que se impõe.

Seguindo na análise do recurso, a Recorrente ataca a acertada decisão da R. Comissão em atribuir “ZERO PONTOS” para o profissional apresentado para cumprir as exigências Editalícias relacionadas ao Item 2.10, da Tabela 02, vejamos:

2.10	Experiência do Verificador de serviços técnicos especializados na disciplina de Geologia ou Geofísica pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico em trabalhos de laudos geológicos, através de sondagem, caracterização e classificação do solo	4	
Será considerado o tempo de experiência, sendo:			
- Até 3 anos – zero ponto;			
- De 3 anos e 1 mês a 5 anos – 2 pontos;			
- Acima de 5 anos – 4 pontos.			

Assim, como a exigência contida no **Item 2.5**, o **Item 2.10** estabelece que as empresas licitantes apresentem um **Geólogo** ou um **Geofísico**, como profissional valido para a comprovação do tempo de experiencia.

Lamentavelmente, mais uma vez a Recorrente desrespeitou uma exigência Editalícia, disposta de maneira cristalina no **ANEXO C do Edital**.

No caso em tela, para a comprovação da experiência exigida no Item 2.10, a Recorrente apresentou o profissional, **Engº Rafael Pizzirani, engenheiro civil**, desrespeitando frontalmente as exigências dispostas em Edital.

Em que pese os argumentos da Recorrente, referido profissional tem formação diversa da formação exigida em edital, portanto não atende as exigências contidas no **ANEXO C**, razão pela qual a R. Comissão, **FRISE-SE, acertadamente atribuiu “ZERO PONTO” à Recorrente para o Item 2.10, vejamos:**

j) Item 2.10 dos critérios:

O profissional Engenheiro Civil Rafael Pizzirani Campos não atende aos requisitos exigidos no edital (Geologia ou Geofísica).

Conforme critérios de pontuação do item, o CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA acumulou 00 (ZERO) PONTOS, por não apresentar profissional compatível com os requisitos exigidos no edital para item.

Com relação ao pleito da Recorrente para que a R. Comissão aceite um engenheiro civil, em substituição aos profissionais exigidos em Edital, **Geólogo ou Geofísico, FRISE-SE, pleito totalmente ilegal e intempestivo**, referido pleito deve ser rejeitado pela R. Comissão.

O objetivo da BAHIAGAS em solicitar uma relação extensa de profissionais, com diferentes formações, é claro, visa agregar à equipe técnica do Futuro contrato, profissionais com distintas formações profissionais, portanto, com distintas atribuições técnicas profissionais, com a devida comprovação da experiência necessária à execução contratual.

Cumpramos destacar R. Comissão, profissionais com formação em engenharia civil, já são exigidos no certame licitatório conforme disposto nos Itens 2.4 e 2.9 da Tabela 2, do ANEXO C do Edital.

Caso a Recorrente, julgasse ser possível a substituição de alguma de formação profissional exigida em Edital, deveria ter realizado este pleito ainda em fase de esclarecimentos, ou quem sabe, ter impugnado o Edital, nos termos editalícios específicos para este fim, conforme descrito anteriormente.

Reiteramos, referido pleito, neste momento, demonstra o total desrespeito da Recorrente às Normas legais e o seu inconformismo com o resultado desfavorável no presente certame licitatório.

Desta maneira, a Recorrida solicita a esta R. Comissão, que seja mantido o acertado critério de julgamento adotado para o caso em tela, mantendo a nota constante da Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0012/2025, “ZERO PONTOS”, para os Itens 2.5 e 2.10, por ser medida que se impõe.

Pois bem, após as impugnações apresentadas acima, relacionadas aos Itens arguidos pela Recorrente no recurso interposto, existem outras Impugnações que são necessárias, relacionadas a Proposta Técnica apresentada pela Recorrente, que passamos a expor.

Verificando a Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, da BAHIA GÁS, datada de 29 de agosto de 2023, o julgamento do Item 2.8 da Proposta Técnica da Recorrente, carece de reavaliação por esta R. Comissão.

A seguir indicamos a decisão contida na referida ATA, para demonstrar de maneira cristalina que o julgamento desta R. Comissão foi equivocado, vejamos:

h) Item 2.8 dos critérios:

Engenheiro Eletricista Sergio Shigueru Kida.

1. **CAT 193782/2023.** Atestado emitido pela empresa tomadora dos serviços (BAHIAGAS), compatível com a exigência do Edital. **Período de experiência de 27/02/2020 a 27/01/2024 – 1.430 dias;**

Atestado emitido pela empresa BAHAGAS, compatível com a exigência do Edital, comprovando a **experiência de 3 anos, 11 meses e 5 dias**

Conforme critérios de pontuação do item, o **CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA** acumulou **02 PONTOS**, por apresentar período de experiência do profissional de 1.430 dias, ou seja, 3 anos, 11 meses e 5 dias, comprovando tempo de experiência de 3 anos e 1 mês a 5 anos.

OBS: Os atestados das empresas EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE LIMEIRA e SABESP não foram aceitos por não atenderem ao escopo solicitado no edital (projetos de elétrica/instrumentação na indústria química ou petroquímica, ou provenientes de transportes por mineroduto).

Neste contexto, acertadamente a R. Comissão impugnou os atestados diversos ao exigido em Edital, para o referido Item.

Entretanto, em que pese a R. Comissão ter acatado o atestado da BAHAGAS, compatível com o exigido em Edital para o Item 2.8, o período considerado para a comprovação da experiência do profissional apresentado pela Recorrente, lamentavelmente, foi equivocado, conforme passamos a expor.

O atestado acatado pela R. Comissão, é parte integrante da CAT 193782/2023, datada de 18/07/2023.

Como se não bastasse, **referido documento é um Atestado Técnico Parcial, datado de 19/06/2023**, vejamos:

426

Página 3/10



ATESTADO TÉCNICO PARCIAL

Atestamos para devidos fins que a empresa, **TCRE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.987.198/0003-81, registro no CREA/BA nº 124870, está executando para a **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHAGAS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.432.153/0001-20, Inscrição Estadual nº 26.005.359-NO, os serviços de elaboração de

registrado no Conselho
Agrônomo da Bahia,
33782/2023, emitida em

Salvador, 19 de junho de 2023.

Isadora Santos Silva Bastos
Coordenadora de Projetos – Bahiagás
CREA: 33094/D

Desta forma, o **Atestado Técnico Parcial** apresentado, tem o condão de **comprovar o período de experiência profissional, no máximo, até a data em que referido documento foi emitido pela BAHIAGAS, sendo certo a data de 19/06/2023.**

Como se não bastasse, analisando a CAT 193782/2023, a qual referido Atestado Técnico Parcial está intrinsecamente vinculado, referida Certidão de Acervo Técnico, revela que o profissional Engº Sergio Shigueru Kida, não participou desde o início do Contrato 3000002376, da BAHIAGAS.

A CAT 193782/2023, revela que o profissional Engº Sergio Shigueru Kida, **iniciou suas atividades no referido Contrato, apenas em 16/09/2022**, conforme disposto na imagem a seguir:

Endereço da obra/serviço: AREA ABRANGENDO DIVERSOS MUNICÍPIOS NO ES	
Complemento:	
Cidade: SALVADOR	
Data de início: 16/09/2022	Situação: atividade em andamento
Finalidade: Infraestrutura	
Proprietário: COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS	
Atividade Técnica: 14 - Elaboração ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE PRC	

Assim, resta demonstrado de maneira cabal, que a única documentação apresentada pela Recorrente, apta a comprovar a experiência profissional do Engº Sergio Shigueru Kida, **comprova o lapso temporal compreendido entre o dia 16/09/2022, conforme data de início indicada na CAT 193782/2023, e o dia 19/06/2023, conforme data de emissão do Atestado Técnico Parcial, consignado pela BAHIAGAS.**

Desta maneira, o período de experiencia comprovado pela CAT 193782/2023, compreendido entre os dias 16/09/2022 e o dia 19/06/2023, totalizam 277 dias corridos, correspondendo a apenas 09 meses e 07 dias.

Considerando que, o critério de avaliação do tempo de experiencia descrito no Item 2.8 do ANEXO C do Edital, é:

“Será considerado tempo de experiencia, sendo: - Até 3 anos – Zero Ponto”.

Vimos perante a esta R. Comissão, requerer a REFORMA do julgamento contido na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, atribuindo a Recorrente “ZERO PONTOS” no Item 2.8, por ser medida que se impõe.

E ainda, seguindo na avaliação da Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, da BAHIAAGÁS, datada de 29 de agosto de 2023, o julgamento atribuído ao Item 3.1 da Proposta Técnica da Recorrente, também carece de reavaliação por esta R. Comissão, conforme passamos a expor.

Vejamos, o Item 3.1 da Tabela 03 - Tabela de Avaliação do Histórico da Empresa Licitante, do ANEXO C do Edital, dispõe sobre o tempo de experiencia das licitantes, seguindo imagem apresentada a seguir:

TEM	HISTÓRICO DA EMPRESA	PONTOS	NOTA
3.1	Tempo de atividade da empresa Licitante atuando na elaboração de projetos de dutos, redes de distribuição de gás, instalações industriais químicas ou petroquímicas, ou minerodutos.	12,5	

A comprovação deverá ser feita por meio de cópias de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), emitidas pelo CREA, que comprovem as atividades correlatas desenvolvidas no período em que a empresa se qualifica, sendo:

- Nos **últimos 02 anos** – 02 pontos;
- Dos **últimos 02 e 1 dia a 05 anos** – 04 pontos;
- Dos **últimos 05 anos e 1 dia a 10 anos** – 8 pontos;
- Dos **últimos 10 anos e 1 dia ou acima** – 12,5 pontos.

Deverão ser apresentadas, também, as respectivas CAT - Certidões de Acervo Técnico, que comprovem a realização dos serviços.

Do exposto acima, importante destacar, o Edital estabelece como critério de pontuação a comprovação da experiência das licitantes os últimos anos, variando como período mínimo para a comprovação “**os últimos 02 anos** – 02 pontos”, **últimos 02 anos e 1 dia a 05 anos** – 04 pontos, **últimos 05 anos e 1 dia a 10 anos** – 8 pontos e **últimos 10 anos e 1 dia ou acima** – 12,5 pontos”.

Desta maneira, está disposto em Edital, qual deve ser o critério para a avaliação dos atestados apresentados pelas licitantes, considerando como referência, a data da realização do presente certame.

Neste contexto, esclarecemos, para que seja atribuída a pontuação máxima no Item 3.1, 12,5 pontos, as licitantes devem comprovar a execução de contratos validos para o referido Item, considerando a contagem de tempo “**dos últimos 10 anos e 1 dia ou acima**”, sendo certo que, **a data de referência para esta avaliação é a data da realização do certame licitatório.**

Conforme data estabelecida pela Administração, a data do certame foi o dia 25/07/2025, registrada por esta R. Comissão na **ATA DE ABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO NO 0012/2025.**

Portanto o lapso temporal que esta R. Comissão deve considerar para a avaliação da experiência das licitantes são os “**últimos 10 anos e 1 dia**”, **tomando o dia 25/07/2025 como o dia de início para a contagem do período estabelecido em Edital para a avaliação do tempo de experiência das licitantes.**

Pois bem, descritos os critérios definidos em Edital para a objetiva avaliação do tempo de experiência das licitantes, passamos a analisar o equivocado julgamento desta R. Comissão, ao atribuir a Recorrente “12,5 PONTOS”, portanto a nota máxima possível de ser obtida no referido Item.

A seguir apresentamos, o julgamento desta R. Comissão com relação a avaliação da Recorrente com relação ao Item 3.1, vejamos:

Conforme critérios de pontuação do item, o CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA acumulou 12,5 PONTOS por ter acumulado um tempo de experiência de 16 anos, 6 meses e 6 dias (desconsiderados nos cálculos os períodos sobrepostos), comprovando tempo de experiência acima de 10 anos.

Desta maneira, segundo a justificativa desta R. Comissão, para que fosse possível concluir-se que a Recorrente comprovou ter experiência de 16 anos, 6 meses e 6 dias, a recorrente deveria ter comprovado tal período, considerando, necessariamente a data de realização do certame licitatório, o dia 25/07/2025, conforme já demonstrado acima.

Importante destaca, o Item 3.1 não estabelece qualquer período de experiência das licitantes, como critério de avaliação disposto, reiteramos, de maneira expressa no referido Item.

O critério de avaliação estabelecido em Edital para o Item 3.1, estabelece de maneira explícita, que esta R. Comissão deve, avaliar a comprovação do período de experiência da Recorrente, considerando, reiteramos, necessariamente, os **últimos 10 anos e 1 dia”, contados a partir do dia 25/07/2025, data de realização do presente certame.**

E ainda, tomando como referência o dia 25/07/2025, data de realização do presente certame, os últimos 10 anos, conforme exigência do Edital, se encerram no dia 25/07/2015.

Portanto, para que a Recorrente fizesse jus a nota máxima recebida, deveria ter comprovado, com perfeição, através da documentação apresentada, ter executado em absolutamente todos os dias no período compreendido entre os dias 25/07/2025 e 25/07/2015, contratos validos para o Item 3.1..

Neste sentido, caso a documentação apresentada pela Recorrente não comprovasse a execução de apenas um único dia, no período compreendido entre os dias 25/07/2025 e 25/07/2015, referida empresa, não faria jus equivocada pontuação recebida, que corresponde a nota máxima possível no Item 3.1.

Neste contexto, esta R. Comissão relacionou em seu julgamento, quais foram os documentos validos para a comprovação da experiencia da Recorrente.

Destacamos, os documentos listados pela R. Comissão, são exatamente os mesmos documentos listados pela Recorrente em sua Proposta Técnica.

Desta maneira, nos valem da imagem abaixo, extraída da Proposta Técnica da Recorrente, para demonstrar de maneira, cabal, o equívoco contido no julgamento desta R. Comissão, atribuindo a nota máxima a Recorrente para o Item 3.1, vejamos:

577



Item 3.1.) Tempo de atividade da empresa Licitante atuando na elaboração de projetos de dutos, redes de distribuição de gás, instalações industriais químicas ou petroquímicas, ou mineros.

A TCRE Engenharia Ltda. comprova 16 anos, 05 meses e 29 dias, conforme atestados relacionados abaixo:

1. **CONTRATO Nº 2754/98 - ART 92221220141466615** – Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS, com período de execução de 12/08/1998 à 31/12/1998 – 04 meses e 19 dias;
2. **CONTRATO Nº - C 5015-A/99 - ART 92221220141481933** - Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS, com período de execução de 04/08/1999 à 14/02/2000 – 06 meses e 11 dias;
3. **CONTRATO Nº 4600000563 - ART 1378530** – Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS, com período de execução de 28/11/2000 à 23/10/2003 – 02 anos, 10 meses e 24 dias;
4. **CONTRATO Nº ASPRO-000.006.02 - ART SP0000139566000002A** - Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, com período de execução de 12/08/2002 à 31/12/2004 – 02 anos, 04 meses e 20 dias;
5. **CONTRATO Nº 201.030.04 - ART SP00001395660000006** - Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, com período de execução de 30/03/2004 à 31/07/2007 – 03 anos, 04 meses e 01 dia;
6. **CONTRATO Nº 035/2007/CEGAS - ART 92221220060784122, 92221220060784596, 92221220070902732** – Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, com período de execução de 01/09/2005 à 15/10/2007 – 02 anos, 01 mês e 13 dias;
7. **CONTRATO Nº 3000000420 - ART BA2012.165206, BA2014.151148** – Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, com período de execução de 18/05/2011 à 18/04/2013 – 01 anos, 11 meses e 01 dia;
8. **CONTRATO Nº 3000000814 - ART BA2013.224578, BA2013.230929, BA20160043225, BA20190159067** – Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, com período de execução de 25/04/2013 à 24/04/2015 – 01 ano, 11 meses e 29 dias;
9. **CONTRATO Nº 3000002376 - ART BA2023.0482864**, Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS, com período de execução de 18/03/2020 a 27/01/2024 – 03 anos, 10 meses e 10 dias;
10. **CONTRATO Nº 010/2023 - ART AL2025.0478373**, Gás de Alagoas S.A – ALGÁS, com período de execução de 14/06/2023 a 31/12/2024 – 01 ano, 06 meses e 18 meses.

Da imagem acima, conclui-se que apenas os 02 últimos documentos apresentados, apresentam período de execução compreendido entre o período válido para a apuração da experiência das licitantes, compreendido entre os dias 25/07/2025 e 25/07/2015, conforme demonstrado acima. Todos os demais Contratos, apresentam período de execução anterior ao lapso temporal estabelecidos em Edital, reiteramos, período compreendido entre os dias, 25/07/2025 e 25/07/2015.

Assim, **resta demonstrado, de maneira incontroversa, o equívoco contido na avaliação desta R. Comissão, sendo certo que a documentação apresentada pela Recorrida, comprova um tempo de experiência de apenas 03 anos, 04 meses e 28 dias.**

Importante demonstrar ainda, segundo critério de avaliação, esta R. Comissão deveria ter atribuído a Recorrente “04 PONTOS”, segundo o critério de avaliação contido no Item 3.1, devido a empresa ter comprovado tempo de experiência de apenas 03 anos, 04 meses e 28 dias, conforme demonstramos acima.

Portanto, esta R. Comissão deverá sanar o equívoco ocorrido e diminuir a pontuação atribuída a Recorrente no Item 3.1, para “04 PONTOS”.

Cumpramos registrar ainda, acreditamos que o procedimento descrito acima, foi o procedimento adotado por esta R. Comissão, para a apuração do tempo de experiência atribuído à Recorrida que consignou em ata, que a recorrida comprovou como tempo de experiência apenas de 9 anos, 5 meses e 8 dias (desconsiderados nos cálculos os períodos sobrepostos).

Porém, **o tempo de experiência comprovado pela Recorrida, considerando todos os atestados apresentados e validados pelos senhores, comprovam tempo de experiência total de 4.125 dias (já desconsiderados nos cálculos os períodos sobrepostos), comprovando tempo de experiência de 11 anos, 3 meses e 20 dias, ou seja, a Recorrida comprovou tempo de experiência maior que 10 anos e 1 dia, conforme planilha demonstrada abaixo, vejamos:**

Recorrida: Lima & Torres Engenharia e Consultoria Ltda							
Item: 3.1							
Item	CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT N°)	Período CAT		Período Considerado		Período (n° dias)	Fórmula
		Início	Termínio	Início (DI)	Termínio (DF)		
1	CAT 2620250010662	15/02/2013	15/08/2014	15/02/2013	15/08/2014	546	= (DF - DI)
2	CAT 2620160001763	02/06/2014	25/11/2014	15/08/2014	25/11/2014	102	
3	CAT 2620160002928	17/09/2014	21/03/2016	25/11/2014	21/03/2016	482	
4	CAT 2620210009420	16/05/2016	15/05/2017	16/05/2016	15/05/2017	364	
5	CAT 2620250008827	26/04/2018	26/10/2020	26/04/2018	26/10/2020	914	
6	CAT 2620210010827	24/09/2019	24/09/2020			0	
7	CAT 2620250012760	01/11/2019	27/08/2023	26/10/2020	27/08/2023	1.035	
8	CAT 2620210010667	19/10/2020	24/08/2021			0	
9	CAT 2620250012757	12/09/2023	24/06/2025	12/09/2023	24/06/2025	651	
10	CAT 2620250012570	05/11/2024	02/06/2026	24/06/2025	25/07/2025	31	
Período Comprovado (n° dias) -						4.125	

Desta maneira, caso seja mantida a pontuação da Recorrente, nos moldes descritos acima, imperioso que mesmo procedimento seja aplicado por esta R. Comissão à Recorrida, reformando equívoco demonstrado e atribuindo “12,5 PONTOS” à Recorrida no Item 3.1, por ser medida que se impõem.

Portanto, vimos perante a esta R. Comissão, requerer a REFORMA do julgamento contido na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação n° 0030/2023, atribuindo a Recorrente “04 PONTOS” no Item 3.1, por ser medida que se impõe.

Por fim, diante de todo exposto, vimos perante a esta R. Comissão Requerer o não conhecimento do recurso interposto pela Recorrente, mediante a comprovação das infundadas alegações apresentadas, revelando o seu inconformismo com o resultado desfavorável no presente certame licitatório.

Entretanto, caso este não seja o entendimento desta R. Comissão, que admitimos apenas considerando o princípio da eventualidade, vimos, respeitosamente, requerer, que a Pontuação Final da Recorrente, seja reformada, conforme Pontuação Final apresentada na Tabela a seguir, em total aderência às fundamentações trazidas acima pela Recorrida em conformidade com o Edital publicado, por ser medida de Justiça:

Recorrente: Consorcio	
1. Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:	
1.1	0
1.2	0
1.3	0
1.4	0
TOTAL DE PONTOS -	0
2. Tabela de Avaliação da Equipe Técnica	
2.1	5
2.2	0
2.3	5
2.4	5
2.5	0
2.6	2
2.7	0
2.8	0
2.9	4
2.10	0
TOTAL DE PONTOS -	21
3. Tabela de Avaliação do Histórico da Empresa Licitante:	
3.1	4,0
3.2	7,5
3.3	7,5
3.4	7,5
TOTAL DE PONTOS -	26,5
4. Tabela Resumo da Avaliação Técnica:	
Equipe Técnica – Responsável Técnico	0,0
Equipe Técnica	21,0
Experiência da empresa	26,5
TOTAL DE PONTOS -	47,5

Por fim, com todo o elucidado acima, o **TCU**, destaca que a habilitação técnica deve estar respaldada, por registro do profissional habilitado no conselho competente, como previsto edital em comento.

Assim, segue jurisprudência e orientações, extraídas do **Portal do TCU** que corroboram com todo o aqui demonstrado, link da internet: [5.5.2. Habilitação Técnica | Licitações e Contratos](#).

“5.5.2. Habilitação Técnica

Início > 5.5.2. Habilitação Técnica

Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.

A documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente^[1]. Lei 14.133/2021, art. 67.

É importante mencionar que, sob a égide da Lei 8.666/1999, o TCU se posicionou no sentido de que não é necessário o vínculo empregatício entre o profissional indicado e o licitante. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional^[3]. Acórdãos 1450/2022, item 9.2, 2326/2019, item 9.6.2, 529/2018, item 9.3.2, 2835/2016, item 9.8.5, 1988/2016, item 9.3.1, 872/2016, item 9.1.1.1.1.2, 3474/2012, enunciado de jurisprudência, todos do Plenário do TCU.

O profissional indicado pelo licitante deve participar da execução do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Ademais, a Administração pode exigir a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do responsável técnico^[4]. Lei 14.133/2021, art. 67, §§ 6º e 8º.

Não podem ser admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade[6]. Lei 14.133/2021, art. 67, § 12, e art. 156, incisos III e IV.

Quanto à qualificação técnico-operacional, ela envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação[7]. Lei 14.133/2021, art. 67, inciso II e § 3º.

Será comprovada mediante:

registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso. Empresas estrangeiras poderão apresentar a solicitação de registro no momento da assinatura do contrato[8]; Lei 14.133/2021, e art. 67, inciso V e § 7º.

a. certidões ou atestados ou outros documentos (definidos em edital) que comprovem a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ao objeto da licitação, em características, quantidades e prazos. Podem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que tenham contratado o licitante e, quando for o caso, emitidos pelo conselho profissional competente[9]; Lei 14.133/2021, art. 67, inciso II, e art. 88, § 3º.

- a exigência de atestados deve restringir-se às parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto da licitação. São consideradas parcelas de valor significativo as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação[11]. Lei 14.133/2021, art. 18, inciso IX, art. 67, § 1º.

Cabe destacar que, diversamente da Lei 8.666/1993, art. 30, § 1º, inciso I.

- a Lei 14.133/2021 não exige que a parcela sobre a qual serão definidos os requisitos de habilitação técnica atenda simultaneamente aos critérios de relevância e valor. Dessa forma, cabe à Administração avaliar, em cada caso específico, quais exigências

são proporcionais à dimensão e complexidade do objeto a ser executado[13];
Súmula – TCU 263.

...

quando a exigência de atestado único não for imprescindível para comprovar a capacidade técnica, deve ser permitido o somatório de atestados, de forma a ampliar a competição[15]; Enunciados dos Acórdãos TCU 2291/2021 e 1231/2012 do Plenário, 7982/2012 e 849/2014 da Segunda Câmara.

...

se for permitida a subcontratação, o edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial empresa subcontratada, limitado a 25% do objeto a ser licitado. Nessa hipótese, mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo à mesma potencial subcontratada[17]; Lei 14.133/2021, art. 67, § 9º.

- para os atestados de qualificação técnica de licitante que atuou em consórcio, quando o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deve ser adotado o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021: § 10. [...]
- I – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- II – caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Sendo permitida a participação de cooperativas, o edital deve exigir, na fase de habilitação, a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei 5.764/1971[19]. IN – Seges/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 10.5, alínea “a”.

A Administração poderá exigir do licitante declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratuais. Se for imprescindível a avaliação prévia do local de execução do objeto, o edital poderá prever que o licitante declare, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia[20]. Lei 14.133/2021, art. 63, §§ 2º a 4º c/c art. 67, inciso VI.

A Administração deve disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados realizarem a visita ao local, sendo proibidas, portanto, visitas conjuntas. Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação[21]. Lei 14.133/2021, art. 63, §§ 2º a 4º.

Por fim, poderão ser exigidos outros requisitos para a habilitação técnica previstos em lei especial, quando for o caso[22]. Lei 14.133/2021, art. 67, inciso IV”.

Logo, as infundadas alegações da empresa recorrente não merecem prosperar, não devendo sequer, o recurso interposto ser analisado, devendo ser mantida a desclassificação das empresas **G5 Engenharia e TCRE**.

Entretanto, **caso não seja este o entendimento desta r. Comissão, a reavaliação da empresa recorrente deverá ser feita, com base nos fundamentos acima demonstrado, minorando a nota da recorrente, nos moldes pleiteados e não majorando, como pleiteado no recurso interposto, mantendo a desclassificação da empresa recorrente, por ser medida que se impõe.**

III – DO PEDIDO DA EMPRESA RECORRENTE DE REAVALIAÇÃO DA NOTA DA EMPRESA LIMA & TORRES

Com referência ao pedido da empresa recorrente no tocante a reavaliação da nota da empresa Lima & Torres, tampouco merece ser acolhido, pelo que passamos a expor.

Vejamos, o Consórcio recorrente sustenta que os atestados da impugnante não teriam pertinência com o objeto.

Contudo, a Comissão avaliadora analisou todos os documentos apresentados, confirmando sua compatibilidade com o **Anexo C do Edital**, e atribuiu as notas de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Ou seja, não houve qualquer irregularidade. O recurso pretende apenas rediscutir matéria já decidida, sem fundamento técnico ou legal.

Devemos alertar, a alteração das notas técnicas com base em documentos rejeitados ou já analisados comprometeria a isonomia entre concorrentes e afrontaria a segurança jurídica.

Neste ponto, a jurisprudência é clara ao dispor:

“É vedado à Administração afastar exigência objetiva prevista em edital de licitação, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.” (TCU – Acórdão 2622/2013).

“Em observância ao princípio da vinculação ao edital, não pode a Administração flexibilizar exigências expressas do instrumento convocatório, sob pena de nulidade do certame”. (REsp nº 1.657.156/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 15/05/2018 - STJ).

“A vinculação ao edital é princípio basilar, de observância obrigatória pela Administração e pelos licitantes, não podendo ser afastado sob pena de violação à isonomia e à segurança jurídica”. (Apelação 0004934-65.2019.8.05.0001- 14/10/2021 – TJBA).

Como se não bastasse, a Recorrente ataca o acertado julgamento desta R. Comissão quanto a pontuação atribuída a experiência do profissional, **Engº Takeo Tateyama, Engº Mecânico**, em total aderência à exigência contida no **Item 2.1 da Tabela 02, do ANEXO C do Edital**.

O Item 2.1 da Tabela 02, do ANEXO C do Edital, estabelece:

2. Tabela de Avaliação da Equipe Técnica

2.1	Experiência do Executante de serviços técnicos especializados na disciplina de Engenharia Mecânica pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico em projeto de instalações industriais das áreas química ou petroquímica, ou de redes de dutos em aço e polietileno para distribuição de petróleo e/ou gases combustíveis, ou provenientes de transportes por minerodutos.	5	
-----	---	---	--

Será considerada o tempo de experiência sendo:

Desta maneira, a Recorrida apresentou o profissional, Engº Takeo Tateyama, Engº Mecânico, detentor de acervo técnico que supre integralmente às exigências Editalícias.

Neste contexto, a comprovação de que o profissional apresentado, o **Engº Takeo Tateyama**, é um profissional com a formação em Engenharia Mecânica, está consignada na Certidão nº: NET-00575755, como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia - CREA-RO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia - Crea-RO, certifica que o profissional abaixo identificado encontra-se regularmente registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, encontrando habilitado a exercer suas atividades profissionais.

1. PROFISSIONAL

Nome: <u>TAKEO TATEYAMA</u>	CPF: 830.722.508-63	CERTIDÃO Nº: NET-00075755
Carteira: 600596726D SP		Validade: 31/03/2026
Endereço: RUA MIGUEL DE CERVANTE -	Bairro: AEROCUBE	
Cidade: PORTO VELHO	Estado: RO	

2. CURSOS ANOTADOS

Data	Instituição	Curso
2.1 TÍTULO E ATRIBUIÇÃO		

Código	Título do Profissional:	Atribuições:	Restrição da Atribuição:
	<u>ENGENHEIRO MECÂNICO</u>	da Resolução 139, de 16 de março de 1964, do CONFEA.	

Pois bem, superada de maneira incontroversa que a formação do referido profissional, é exatamente a formação exigida em Edital, passamos demonstrar que a experiência do referido profissional, é exatamente a experiência exigida no Item 2.1 da Tabela 02, do ANEXO C do Edital.

O documento apresentado pela Recorrida, para a comprovação da experiência do Engº Takeo Tateyama, foi a CAT-NET-000023602 que é um Certificado de Acervo Técnico com Registro de Atestado, vejamos:

 <p style="text-align: center;">CREA-RO Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia</p>		CERTIDÃO Nº: NET-000023602	
		Autenticidade: 72764-4B850-E27A2-343C2-4D941	
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM REGISTRO DE ATESTADO			
Protocolo: PRO-00235137/25	Selo: W-017 373 - W-017 374		Emissão: 28/05/2025
Carteira: 600596726D SP	Profissional: TAKEO TATEYAMA		Páginas: Folha: 1/1
CPF: 830.722.508-63	Título do Profissional:		

Desta maneira, o Atestado de Qualificação Técnica emitido pela TERMONORTE, é um documento intrinsecamente ligado ao referido Certificado de Acervo Técnico com Registro de Atestado, devendo sua análise ser feita de maneira integral e extensiva entre todas as folhas do

documento apresentado, e não ser analisado da maneira temerária e casuística como feita pela Recorrente, tentando induzir esta R. Comissão a erro, vejamos.

O Atestado de Qualificação Técnica emitido pela TERMONORTE, detalha minuciosamente as atividades técnicas desempenhadas pelo engenheiro mecânico, o Engº Takeo Tateyama, vejamos:

Serviços executados:

- ✓ Coordenação de serviços de manutenção corretiva e preditiva das Caldeira de vapor em ciclo combinado, quer seja em melhorias ou em serviços preventivos / corretivos, como exemplo troca de tubos aletados, isolamentos térmicos em geral, juntas de expansão, instalação de portas de visita adicionais e recomposição ao estado original da caldeira conforme recomendações do fabricante. O escopo dos serviços prestados inclui a coordenação dos projetos, elaboração de orçamentação, planejamento, contratação e fiscalização dos serviços de construção e montagem;
- ✓ Coordenação dos projetos de Implantação de melhoria na OSMOSE REVERSA para troca de materiais de tubulação;
- ✓ Profissional Habilitado em NR 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e outros assuntos correlatos a NR -13;
- ✓ Profissional Habilitado em NR 20 - tanques API e Tubulações de óleo combustíveis;
- ✓ Elaboração de especificações técnicas de materiais, coordenação do detalhamento dos projetos e implantação de melhoria;
- ✓ Responsável pela implantação do PMOC do sistema de Ar Condicionado da TNE;
- ✓ Eng responsável pelo Sistema de rede de Incêndio (manutenção, teste e aplicações) e coordenação dos projetos de ampliação dos sistemas e de melhorias;
- ✓ Eng responsável pelos cálculos de Andaimes, plano de rigging, linhas de vida, etc;
- ✓ Coordenação para implantação de sistema de limpeza de tubos aletados das caldeiras com CO₂;
- ✓ Coordenação de projetos de Implantação de geradores de Nitrogênio, para preservação da caldeiras e acessórios;
- ✓ Coordenação de projetos de Implantação de desumidificadores, para preservação da caldeiras e acessórios;
- ✓ Responsável pela avaliação técnica, coordenação dos novos projetos e manutenção das redes de vapor, água e gás natural;
- ✓ Responsável técnico pela adutora de água da bruta (captação);
- ✓ Coordenação dos projetos das novas redes de óleo combustível e sistemas de bombeamento;
- ✓ Avaliações técnicas das tancagem de óleo combustível.

Ou seja, todas as atividades descritas no referido Atestado de Qualificação Técnica, demonstram de forma cabal que a experiência comprovada pelo engenheiro mecânico apresentado pela Recorrida, o Engº Takeo Tateyama, é a exatamente a experiência exigida no Item 2.1, da Tabela 02, seja quanto a exigência de “elaboração de projetos de instalações industriais da área petroquímica”, seja de “elaboração de projetos de redes de dutos para distribuição de petróleo e/ou gases combustíveis”, no período compreendido entre 01/02/2015 a 09/02/2021, totalizando 2.200 dias.

Assim, a tentativa da Recorrente em induzir esta R. Comissão a erro é notória. Chegam a ser infantis as alegações trazidas pela Recorrente no recurso interposto, devendo tal prática ser coibida por esta R. Comissão.

Portanto, resta demonstrado o atendimento integral da Recorrida, quanto às exigências contidas em Edital para a comprovação da experiência do Engº Takeo Tateyama, relacionadas ao Item 2.1 da Tabela 02, do ANEXO C, devendo ser mantidos por esta R. Comissão os “05 PONTOS” atribuídos a empresa Recorrida no referido Item, por ser medida que se impõe.

Após as demonstrações acima, passamos a analisar a impugnação trazida no recurso interposto, com relação ao Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C do Edital.

Vale ressaltar, com relação ao Item 2.9, não temos que comprovar que o Engº Civil, Ronaldo Lazzarinni, é um engenheiro civil, conforme questionamento suscitado pela Recorrente com relação ao Item 2.1 acima, demonstrando de maneira cristalina a fragilidade dos argumentos contidos no recurso interposto.

Afinal, o Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C, estabelece que o engenheiro civil, comprove ter experiência em elaboração de projetos de edificações, estruturas de concreto, e outros ligados a construção civil, vejamos:

Acima de 3 anos – 4 pontos.

2.9	Experiência do Verificador de serviços técnicos especializados na disciplina de Engenharia Civil pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico em projetos de edificações, suportes de tubulação, estruturas metálicas e de concreto, underground, revestimentos, e outros ligados à construção e/ou reforma civil ou industrial	4
-----	---	---

Neste contexto, a Recorrente aduz em seu recurso que, após, “análise detalhada dos atestados e CATs”, verificou a incompatibilidade dos mesmos, relacionando os seguintes documentos, 11 – CAT 514/99 – Atestado DERSA/SP, - 13 – CAT 260120004890 – Atestado CESP/SP e - 16 – CAT 2620140012220 – Atestado SABESP.

Desta maneira, passamos a demonstrar, mais uma vez, que os argumentos trazidos pela Recorrente em seu recurso, são totalmente infundados, demonstrando de maneira reiterada, o seu inconformismo com o resultado obtido no presente certame.

Assim, a 11 – CAT 514/99 – Atestado DERSA/SP, estabelece quais foram os serviços atestados pela DERSA/SP, vejamos:

do Estado de São Paulo

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº IE-0514/99
FOLHA(S): 01/01
(Válida somente com autenticação do CREA)

REFERENTE A(S) ART(S) Nº(S) 0601633165/99-002, 99-004 e 136192.

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, de acordo com os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 317 do CONFEA, que consta em nossos arquivos, o registro de Acervo Técnico do profissional abaixo mencionado:

Nome: RONALDO LAZZARINI (CO-RESPONSÁVEL).

Título/atribuições: Engenheiro Civil, com atribuições do artigo 07, da Resolução 218/73, do CONFEA.

Natureza objeto do contrato: Elaboração dos Estudos e Projetos de Engenharia Funcional – Básico e Executivo, para a Implantação da Marginal Norte da Via Anchieta (SP) entre o Km 18+600 e o Km 29+400m.

Quantificação: Especificadas conforme Atestado anexo.

Local: Marginal Norte da Via Anchieta (Km 18+600 e o Km 29+400) – SP.

Atendendo solicitação de V.Sas., em sua correspondência 943/F-002, atestamos para os devidos fins, ter essa firma executado no período de 2/1/89 a 15/2/90, através do contrato nº 1644/88, os serviços referentes ao projeto funcional/básico e do projeto executivo da marginal Norte da Via Anchieta entre o km 18,6 e o km 29,4, compreendendo as seguintes atividades:

- Projeto Executivo (km 18,6 ao km 25,0)

- . Estudos Topográficos
- . Estudos Geotécnicos
- . Estudos Hidrológicos
- . Projeto Geométrico
- . Projeto de Terraplenagem
- . Projeto de Drenagem e Obras de Artes Correntes
- . Projetos Estruturais

- Viadutos no km 23

Comprimento: 128 m (cento e vinte e oito metros)
Largura: 14,10 (quatorze metros e dez centímetros)

- Viaduto no km 22

Comprimento: 120 m (cento e vinte metros)
Largura: 15,20 m (quinze metros e vinte centímetros)

- Contenção em Parede Diafragma

Comprimento: 195 m (cento e noventa e cinco metros)
Altura Média: 5 m (cinco metros)

- Contenção em Muro de Flexão

Comprimento: 120 m (cento e vinte metros)
Altura Média: 1,80 m (hum metro e oitenta centímetros)

- Passagem Subterrânea

Largura: 5,10 m (cinco metros e dez centímetros)
Comprimento: 8,70 m (oito metros e setenta centímetros)
Altura Média: 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros)

Conforme demonstrado acima, referido atestado descreve de maneira explícita a “Elaboração de Projeto Executivo”, em particular, “Projetos Estruturais”, de “Viadutos, Paredes Diafragmas, Muros de Flexão e Passagens Subterrâneas”. As estruturas descritas acima, demonstram de maneira inequívoca, a comprovação da experiência profissional do Engenheiro Civil, Engº Ronaldo Lazzarinni, **FRISE-SE, em “estruturas de concreto”, “ligadas à construção civil”, extremamente complexas, em absoluta sintonia com à exigência contida no Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C.**

Por sua vez, a A 13 – CAT 260120004890 – Atestado CESP/SP, estabelece quais foram os serviços atestados pela CESP/SP, vejamos:



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Aproveitamento Técnico do profissional RONALDO LAZZARINI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: RONALDO LAZZARINI
Registro: 601633165-SP RNP: 2609565704
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL
Número ART: 922212201203243/8. Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 10/04/2012 Baixada em: 11/05/2012
Forma de Registro: SUBSTITUIÇÃO à 60163316599005, 60163316595005

Atestamos que a empresa Estática Engenharia de Projetos Ltda., com sede na Rua Tupi, 842, nesta Capital, inscrita no CGC sob no. 43.715.529/0001-000, executou para a CESP Companhia Energética de São Paulo, no período de 10/10/91 a 31/03/93, através do Contrato no. 93000/94000/00132, a elaboração dos projetos executivos da Rodovia de Ligação entre as Usinas Hidroelétricas de Canoas I e II, Anel Viário de Cândido Mota, projetos de Obras de Arte Especiais e Assistência Técnica à Obra, conforme a seguir:

1 - Rodovia de Ligação entre as Usinas Hidroelétricas de Canoas I e II

2.3 - Ponte sobre o Ribeirão Palmital

Em concreto armado com 02 vãos contínuos, sendo 02 com 15,00 m e 01 com 16,50 m

- Extensão = 46,50 m
- Largura = 14,00 m

2.4 - Ponte sobre o Rio Paranapanema a jusante de Canoas II

Em concreto protendido com 07 vãos isostáticos de 37,50 m

- Extensão = 262,50 m
- Largura = 14,00 m

2.5 - Viaduto Ferroviário sobre o Anel Viário de Cândido Mota (Projeto Básico e Executivo)

Em concreto armado com 03 vãos isostáticos de 9,70, 21,58 e 9,95 m, sendo 14,66 m em tangente e 26,57 m em curva com raio de 500,00 m

- Extensão = 41,23 m
- Largura = 5,70 m

ATESTADO COMPLEMENTAR DE CAPACIDADE TÉCNICA




Atestamos, em complemento ao Atestado de Capacidade Técnica, emitido pela empresa CESP- Companhia Energética de São Paulo, datado de 20 de Julho de 1994, que o Engenheiro Civil Ronaldo Lazzarini, inscrito no CREA/SP sob nº 0601633165, Executou os projetos executivos da Rodovia de Ligação entre as Usinas Hidroelétricas de Canoas I e II, Anel Viário de Cândido Mota, projetos de obras de arte especiais e assistência técnica à obra. Concluída definitivamente em maio de 1994.

Conforme demonstrado acima, referido atestado descreve de maneira explícita a “Elaboração de Projeto Executivo”, em particular, “Projetos de Obras de Arte Especiais”, de “02 Pontes sobre Rios e 01 Viaduto Ferroviário, em concreto, armado ou protendido, com descrição de vãos isostáticos e extensão total superando 350,0 metros”, justificando a nomenclatura “Obras de Artes Especiais”. As estruturas descritas acima, demonstram de maneira inequívoca, a comprovação da experiência profissional do Engenheiro Civil, Engº Ronaldo Lazzarini, **FRISE-SE, em “estruturas de**

concreto”, “ligadas à construção civil”, extremamente complexas, em absoluta sintonia com à exigência contida no Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C.

Por sua vez a A 16 – CAT 2620140012220 – Atestado SABESP, estabelece quais foram os serviços atestados pela SABESP, vejamos:




Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CAT COM REGISTRO DE ATTESTADO
2620140012220
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que constitui o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional RONALDO LAZZARINI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: RONALDO LAZZARINI
 Registro: 601633165-SP RNP: 2609565704
 Título Profissional: Engenheiro Civil



Projeto Executivo da Nova Adutora Consolação - Jardim América

A fase de elaboração do Projeto Executivo compreendeu os seguintes projetos:

- Planta e perfil na escala 1:500/1:100, com apresentação dos perfis das sondagens;
- Projeto Geotécnico/ estrutural dos túneis NATM Ø 2,00 m e Ø 2,40 m;
- Projeto Geotécnico/ estrutural dos poços de acesso e respectivos emboques;
- Projetos Estruturais: Poço de saída do Reservatório Consolação, poço de chegada ao Reservatório Jardim América, caixas de ventosas (2), caixas de descargas (2), poços de inspeção (6);
- Projeto de Proteção Catódica da Adutora e de Drenagem de Correntes do Metrô;
- Projeto de Sinalização e Remediação de Áreas Contaminadas;
- Túnel-camisa (Método Não Destrutivo)
 - . Sistema Executivo: N.A.T.M.;
 - . Diâmetro interno 2,00m; extensão total (incluindo os shafts): 1.740,55 m;
 - . Diâmetro interno 2,40m (alargamentos); extensão total: 125,90 m;
 - . Número de poços de acesso (shafts): 23;
 - . Profundidade média dos shafts: 8,26 m; profundidade máx.: 11,18 m;

Roberto Vieira dos Reis
Agente Administrativo
UGI-Oeste - Ins. 2162

Conforme demonstrado acima, referido atestado descreve de maneira explícita a “Elaboração de Projeto Executivo”, em particular, “Projeto Estrutural de Túneis pelo Sistema N.A.T.M., Poços de Acesso e de Emboques, Poços de Entrada e Saida de Reservatórios, Caixas e Poços de Inspeção”. As estruturas descritas acima, demonstram de maneira inequívoca, a comprovação da experiência profissional do Engenheiro Civil, Engº Ronaldo Lazzarinni, **FRISE-SE, em “estruturas de**

concreto”, “ligadas à construção civil”, extremamente complexas, em absoluta sintonia com à exigência contida no Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C.

Desta maneira, mais uma vez, todas as atividades descritas nos referidos Atestado de Capacidade Técnica, apresentados acima, demonstram de forma cabal que a experiência comprovada pelo engenheiro civil, apresentado pela Recorrida, o Engº Ronaldo Lazzarinni, atende de maneira inequívoca à experiência exigida no Item 2.9, da Tabela 02, quanto a exigência de elaboração de projetos de estruturas de concreto, ligados à construção civil, nos períodos descritos nos referidos documentos.

Os questionamentos suscitados pela Recorrente são tão rasos, de constatações tão elementares, quando comparadas às exigências descritas nos Itens contidos na Tabela 02, do ANEXO C do Edital, com as comprovações das experiências profissionais descritas nos atestados apresentados pela Recorrente, que nos gerou certa dúvida, será que os profissionais que analisaram e atacaram os julgamentos consignados por esta R. Comissão na Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, da BAHIA GÁS, datada de 29 de agosto de 2023, são profissionais formados em alguma especialidade de engenharia, ou referidos absurdos suscitados, refletem apenas o desrespeito da Recorrente com relação aos procedimentos licitatórios e o seu inconformismo com relação ao resultado obtido no presente certame?

Assim, reiteramos, a tentativa da Recorrente em induzir esta R. Comissão a erro é notória, devendo tal prática ser coibida por esta R. Comissão.

Portanto, resta demonstrado o atendimento integral da Recorrida, quanto às exigências contidas em Edital para a comprovação da experiência do Engº Ronaldo Lazzarinni, relacionadas ao Item 2.9 da Tabela 02, do ANEXO C, devendo ser mantidos por esta R. Comissão os “04 PONTOS” atribuídos a empresa Recorrida no referido Item, por ser medida que se impõe.

Ademais, demonstrado os equívocos e vencendo todas as infundadas alegações da empresa recorrente quanto aos questionamentos do correto e justo julgamento desta R. Comissão, quanto a pontuação atribuída à Recorrida para a comprovação da experiência da Equipe Técnica contida no Item 2.1 e Item 2.9, da Tabela 02 do ANEXO C do Edital, passamos a impugnar,

agora, os ataques feitos pela Recorrente quanto à análise desta R. Comissão, relacionados às comprovações contidas na Tabela 03 – Tabela de Avaliação do Histórico da Empresa Licitante, do ANEXO C do Edital, vejamos.

Desta maneira, a Recorrente ataca a decisão desta R. Comissão com relação a pontuação atribuída a Recorrida no Item 3.2, da Tabela 03 do ANEXO C do Edital.

O texto do ANEXO C, contido na Circular 05, estabelece os critérios de pontuação para o Item 3.2, conforme redação disposta a seguir:

3.2	Execução de Contratos para projetos de dutos, de redes de distribuição de gás, de instalações industriais na área química ou petroquímica, em aço carbono e/ou polietileno, cada um com valor igual ou superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).	7,5	
<p>A comprovação deverá ser feita por meio de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitidas pelo CREA, comprovando o valor dos Contratos apresentados, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 Contrato de valor igual a R\$ 2,5 milhões – zero ponto; - De 02 a 03 Contratos que totalizem, no mínimo, R\$ 6 milhões OU 01 Contrato com valores superiores a R\$ 2,5 milhões até R\$ 3 milhões – 2,5 pontos; - De 04 a 05 Contratos que totalizem, no mínimo, R\$ 7,5 milhões OU 01 Contrato com valores superiores a R\$ 3 milhões até R\$ 5 milhões – 5,0 pontos; - Acima de 05 Contratos que totalizem, no mínimo, R\$ 9 milhões OU 01 Contrato com valores superiores a R\$ 5 milhões – 7,5 pontos. <p>Deverão ser apresentadas, também, as respectivas CAT - Certidões de Acervo Técnico, que comprovem a realização dos serviços.</p>			

Preemente, esclarecer que o critério de pontuação disposto no Item 3.2, acima, relaciona o aumento da pontuação atribuída às licitantes, com o aumento do valor total dos Contratos apresentados, em Real, considerando todos os contratos apresentados pelas licitantes para comprovação da experiencia exigida no referido Item.

Desta maneira, o Edital estabelece que as licitantes que comprovarem valor total de Contratos “Igual a R\$ 2,5 milhões – zero pontos”.

Seguindo neste raciocínio, as licitantes que comprovarem valor total de Contratos de “no mínimo R\$ 6,0 milhões” (admitindo a somatória de até 03 Contratos) OU que comprove ter executado apenas 01 Contrato com valor superior a R\$ 2,5 milhões até R\$ 3,0 milhões - 2,5 pontos.

Adiante, as licitantes que comprovarem valor total de Contratos “Igual a R\$ 7,5 milhões (admitindo a somatória de até 05 Contratos) OU que comprove ter executado apenas 01 Contrato com valor superior a R\$ 3,0 milhões até R\$ 5,0 milhões – 5,0 pontos.

Por fim, as licitantes que comprovarem valor total de Contratos com “no mínimo R\$ 9,0 milhões (admitindo a somatória de mais de 05 Contratos, ou seja, admitindo a somatória de qualquer número de Contratos, superando R\$ 9,0 milhões) OU que comprove ter executado apenas 01 Contrato com valor superior a R\$ 5,0 milhões – 7,5 pontos.

Desta maneira, a pontuação estabelecida em Edital para o Item 3.2, aumenta proporcionalmente ao aumento do valor total dos Contratos, apresentados pelas Licitantes. Neste contexto, para que as licitantes comprovem valores totais maiores, dos contratos apresentados, o Edital admite também, quantidades maiores de números de Contratos apresentados, para a comprovação da experiencia das Licitantes.

Sendo certo, que o Item 3.2, estabelece:

- Se a licitante comprovar ter executado Contrato com valor, **de até R\$ 2,5 milhões - zero pontos.**
- Se licitante comprovar ter executado Contratos, **cuja soma totalize no mínimo R\$ 6,0 milhões - 2,5 pontos.**
- Se a licitante comprovar ter executado Contratos, **cuja soma totalize no mínimo R\$ 7,5 milhões - 5,0.**
- Se a licitante comprovar ter executado Contratos, **cuja soma totalize no mínimo R\$ 9,0 milhões - 7,5 pontos.**

Portanto, o julgamento da R. Comissão, atribuindo a Recorrida “7,5 PONTOS” com relação ao Item 3.2, foi correto, em total aderência ao estabelecido em Edital, vejamos:

6. **CONTRATO 097/2024 Apresentou CAT 2620250012570 referentes a atestado emitido pela empresa tomadora dos serviços (COMPAGAS), compatível com a exigência do Edital, comprovando execução de 01 (UM) contrato no valor de R\$ 3.337.250,00 (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta reais);**

Conforme critérios de pontuação do item, a LIMA E TORRES acumulou 7,5 PONTOS, por apresentar atestado comprovando 05 contratos que totalizam R\$ 10.915.479,78 (dez milhões, novecentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) com valores superiores a R\$ 7,5 milhões.

Neste contexto, a R. Comissão consignou na Ata de Análise das Propostas Técnicas, ter **atribuído 7,5 PONTOS a Recorrida no Item 3.2, justificando que a empresa comprovou ter executado um total de R\$ 10.915.479,78**, com os contratos apresentados.

Em sua decisão, a R. Comissão justificou ainda, que a Recorrida necessitou apresentar apenas 05 Contratos para superar o valor mínimo de R\$ 9,0 milhões, conforme estabelecido no Item 3.2 para que as empresas licitantes alcançassem a nota máxima de 7,5 PONTOS.

Vale dizer, o Item 3.2 admite que as licitantes apresentem qualquer número contratos, para alcançar a somatória de valor mínimo de R\$ 9,0 milhões.

Conforme já exposto, os Contratos apresentados pela Recorrida totalizaram o valor de R\$ 10.915.479,78, **FRISE-SE, superando em aproximadamente R\$ 2,0 milhões o valor total mínimo necessário para que as licitantes fizessem jus a pontuação máxima para o Item 3.2, de 7,5 PONTOS.**

É neste contexto, que impugnamos as infundadas alegações trazidas pela Recorrente no recurso interposto.

Afinal, os argumentos trazidos pela Recorrente, para justificar seu ataque a mais este acertado julgamento desta R. Comissão, atribuindo 7,5 PONTOS a Recorrida para o Item 3.2, não encontram abrigo, nem no texto Editalício, tampouco, na lógica.

A Recorrente, pleiteia que a esta R. Comissão reforme a sua decisão, penalizando a Recorrida, por ter superado o valor mínimo exigido no Item 3.2, de R\$ 9,0 milhões, com apenas 05 Contratos, quando referido Item admite que as licitantes alcancem o valor mínimo de R\$ 9,0 milhões, pasmem R. Comissão, com qualquer número de contratos, ou seja, 06 Contratos, 10 Contratos etc, demonstrando que o recurso interposto se pauta, apenas, pelo inconformismo da Recorrente, com o resultado alcançado no presente certame. Lamentamos.

Portanto, resta demonstrado, mais uma vez, o atendimento integral da Recorrida, quanto às exigências contidas em Edital, em especial quanto a comprovação da experiencia exigida no Item 3.2 da Tabela 03, do ANEXO C, devendo ser mantidos por esta R. Comissão os “7,5 PONTOS” atribuídos a empresa Recorrida no referido Item, por ser medida que se impõe.

Como se não bastasse, impugnamos as ilações apresentadas pela Recorrente, assentadas no Item 4.3, do recurso interposto que ataca os procedimentos realizados pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – CREA, vejamos.

Em apertada síntese, a Recorrente alega que os atestados apresentados pela Recorrida, referente às CAT nº 2620250012570 e CAT nº 2620160001763, devem ser desconsiderados por esta R. Comissão, pois são documentos emitidos irregularmente por um CREA, diferente do estado onde se desenvolveu os serviços, portanto, inválidos.

Entretanto, referidas ilações da Recorrente não encontram abrigo, seja na análise da documentação apresentada pela Recorrida, seja na legislação do CONFEA, seja na própria documentação apresentada pela Recorrente, constante da sua Proposta Técnica, referente a sua participação no presente certame licitatório, conforme passamos a expor.

Pois bem, analisando a documentação apresentada pela Recorrida, a CAT nº 2620160001763 e o correspondente Atestado de Capacidade Técnica, que devem ser analisados em conjunto e de maneira extensiva entre todas as folhas que integram referido documento, conforme demonstrado a seguir:

 <p>Certidão de Acervo Técnico - CAT Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo</p>	CREA-SP	Página 1/1 CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 2620160001763 Atividade concluída
--	----------------	---

Contratante: COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS	No.: 1177
RUA HASDRÚBAL BELLEGARD	
Complemento:	Bairro: CIDADE INDUSTRIAL
Cidade: Curitiba	UF: SP CEP: 81460120 . PAIS: BRASIL
Contrato: 068/2014	Celebrado em : 05/05/2014
Vinculado à ART:	
Valor do Contrato: R\$ 430.920,00	Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

ATESTADO FINAL DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na R. Dr. Bacelar, 368, Conjunto 21, Vila Clementino, no município de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 09.148.179/0001-01, executou para a Companhia Paranaense de Gás – **COMPAGAS**, sediada a Rua Hasdrúbal Bellegard, 1177, em Curitiba/PR, inscrita no CNPJ 00.535.681/0001-92, a Elaboração de Projeto Executivo do Ramal São Mateus do Sul, em consonância com o objeto do contrato nº 068/2014, firmado em 05/05/2014, com as principais características descritas abaixo:

8. EQUIPE TÉCNICA

- 8.1 Eng.º Mecânico Guilherme Hoffgen
CREA/SP nº SP-5063355990/D (Visto CREA-PR 139716)
ART: 20143017502
- 8.1 Eng.º Civil Reynaldo Batista de Lima Neto (parte civil)
CREA/SP nº SP-5062105570/D (Visto CREA-PR 139737)
ART: 20143060432, vinculada a 20143017502

Das imagens dispostas acima, resta demonstrado que o referido atestado que vincula o contrato entabulado entre as partes, estabelece como endereço da prestação do serviço o endereço da Recorrida, a localização do município de São Paulo – SP.

Ocorre que, as atividades de elaboração e desenvolvimento de projetos, portanto, prestação de serviços de atividade técnica profissional, podem ser realizadas no local da sede da empresa prestadora de serviços, portanto sujeito a fiscalização do CREA da circunscrição da sede da empresa prestadora do serviço.

Entretanto, o mesmo não ocorre com relação a prestação de serviços de fiscalização ou a prestação de serviços relacionadas a execução de obras, que necessariamente são desenvolvidos no local da realização das obras, portanto, nestes casos, sujeito necessariamente a fiscalização do CREA da circunscrição do local das obras.

Com relação às alegações da Recorrente quanto a decisão normativa nº 32, do CONFEA, está demonstrado no Atestado de Capacidade Técnica apresentado, que integrava a equipe técnica, engenheiro mecânico, atendendo integralmente às exigências legais relacionadas às atribuições técnicas profissionais para o objeto contratual.

Portanto, resta demonstrado a regularidade da CAT nº 2620160001763.

Curiosamente, o recurso da Recorrente traz em suas razões de impugnação, a imagem que apresentamos a seguir:

1. AVALIAÇÃO DA HABILITAÇÃO

1.1. CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA

Atestados de capacidade técnica-operacional – Atende

Atestado apresentado pela empresa consorciada TCRE Engenharia LTDA condizente com a exigência do Edital, comprovando a execução de projetos executivos e projeto de sistema de proteção catódica dos Gasodutos Ramal Tronco João Pessoa / Campina Grande e da Rede Interna de Distribuição de Gás Natural de Campina Grande com extensão de 139,65 km, superior aos 50 km exigidos, em um projeto único, para habilitação. CAT: SZO-68967.

Situação da empresa: **HABILITADA**

1.2. Lima e Torres Engenharia e Consultoria LTDA

Atestados de capacidade técnica-operacional – Atende

Atestado apresentado pela empresa Lima e Torres Engenharia e Consultoria LTDA condizente com a exigência do Edital, comprovando a execução de levantamento topográfico e elaboração de projeto executivo do Ramal Mateus do Sul emitido pela Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS com extensão de 81 km, superior aos 50 km exigidos, em um projeto único, para habilitação. CAT2620160001763

Na imagem acima, que a Recorrente traz em seu temerário recurso, para justificar que a Recorrida foi habilitada irregularmente por esta R. Comissão, indica que a Recorrente foi habilitada pela aceitação da CAT: SZO-68967, referente a um projeto executivo do Ramal João Pessoa / Campina Grande, localizado no estado da Paraíba. Abaixo, demonstramos que a CAT: SZO-68967, foi emitida junto ao CREA-SP, vejamos:



Portanto, resta demonstrado, que as certidões consideradas por esta R. Comissão, apresentam situações exatamente iguais.

A imagem acima, demonstra de maneira inequívoca que a CAT: SZO-68967, emitida pelo CREA-SP, acerva o Atestado de Capacidade Técnica referente a elaboração de em projeto executivo de um ramal de gás natural, localizado no Estado da Paraíba.

Enquanto, a mesma imagem trazida pela Recorrente em seu temerário recurso, demonstra de maneira inequívoca que a que a CAT nº 2620160001763, também emitida pelo CREA-SP, acerva o Atestado de Capacidade Técnica referente a elaboração de em projeto executivo de um ramal de gás natural, localizado no Estado do Paraná.


Lamentavelmente, esta é mais uma demonstração de que os argumentos trazidos no recurso apresentados pela Recorrente, tem unicamente a intensão de induzir esta R. Comissão a erro, de maneira vil.

Reiteramos, o procedimento adotado pela Recorrente é ilegal, vedado nos procedimentos Editalícios.

Portanto, esta R. Comissão tem o dever legal de combater procedimentos inadequados, como os adotados pela Recorrente no recurso interposto.

Analogamente a CAT nº 2620160001763, a qual, acima foi demonstrada a sua regularidade, apresentamos a seguir as imagens relacionadas a CAT nº 2620250012570, também atacada de maneira irresponsável pela Recorrente, vejamos:

Página 1/6



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.137, de 31 de março de 2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620250012570
Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.137, de 31 de março de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional REYNALDO BATISTA DE LIMA NETO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: REYNALDO BATISTA DE LIMA NETO

Registro: 5062105570-SP RNP: 2607822580

Título Profissional: Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico

ATESTADO PARCIAL DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa, LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Capimirim, nº 48, CEP 04.558-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.148.179/0001-01, executou para a Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, sediada na Avenida João Gualberto, n.º 1698, 6º andar, Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.535.681/0001-92, Serviços de elaboração de Projeto Executivo, referente à ampliação da

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Prestação de serviços de elaboração de projetos executivos da Rede de distribuição de Gás da COMPAGAS, bem como a execução do Projeto Londrina a Maringá.

A CAT nº 2620250012570, apresenta todos os elementos, apresentados acima para a CAT nº 2620160001763, demonstrando de maneira irrefutável a sua regularidade.

Apenas para que não paire dúvidas, quanto a regularidade das certidões atacadas pela Recorrente, apresentamos a seguir alguns artigos **da Resolução nº 1.137, do CONFEA**, que disciplinam a fiscalização dos serviços de engenharia e a regular emissão das ART e CAT e que demonstram de maneira inequívoca que a documentação apresentada pela empresa recorrente se encontra em conformidade com as exigências contidas em edital e em conformidade com a legislação pátria.

“Art. 24. A nulidade da ART ocorrerá quando:

...

II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART;

...”.

“Art. 27. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

...”.

“Art. 31. Compete ao profissional cadastrar a ART de obra ou serviço no sistema eletrônico e efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade, nos seguintes casos:

...”.

“Art. 32. Compete ao profissional cadastrar a ART de obra ou serviço no sistema eletrônico e à pessoa jurídica contratada efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no Crea em cuja circunscrição for exercida a atividade, quando o responsável técnico desenvolver atividades técnicas em nome da pessoa jurídica com a qual mantenha vínculo”.

“Art. 40. A ART relativa à execução de obras ou à prestação de serviços que abrangam circunscrições de diversos Creas deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes, da seguinte forma:

I – a ART referente à execução de obras ou à prestação de serviços que abrangam mais de uma unidade da federação pode ser registrada em qualquer dos Creas onde for realizada a atividade;

II – a ART referente à prestação de serviço cujo objeto encontra-se em outra unidade da federação pode ser registrada no Crea desta circunscrição ou no Crea onde for realizada a atividade profissional; ou

...”.

“Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades”.

“Art. 48. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário próprio impresso, este podendo ainda ser eletrônico e conter assinatura eletrônica, neste caso por meio de senha pessoal e intransferível, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das ARTs que constarão da certidão”.

“Art. 49. O Crea manifestar-se-á sobre a emissão da CAT após efetuar a análise do requerimento e a verificação das informações apresentadas. § 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

...”.

“Art. 51. A CAT é válida em todo o território nacional”.

Do exposto, resta demonstrado, mais uma vez, o atendimento integral da Recorrida, quanto às exigências contidas em Edital, em particular com relação as **CAT nº 2620250012570**, apresenta todos os elementos, apresentados acima para a **CAT nº 2620160001763**, cuja regularidade foi demonstrada de maneira irrefutável pela Recorrida, devendo o temerário pleito da Recorrente ser denegado por esta R. Comissão, por ser medida que se impõe.

Com relação a arguição da Recorrente de preço inexequível, melhor sorte não a assiste, vejamos.

O **Item 8 do Edital**, estabelece o local, o momento e a forma que as licitantes devem cumprir na formalização da sua Proposta de Preços. Neste contexto, a Recorrida, cumpriu com todas as formalidades exigidas, possibilitando a efetiva avaliação desta R. Comissão quanto ao integral atendimento da Proposta de Preços apresentada, com relação aos requisitos formais e também legais, envolvidos em referida análise.

Ademais, em 10/09/2025, foi promulgada pela **BAHIAGAS a ATA DE CONTINUAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO NO 0012/2025**, a qual a R. Comissão consignou parecer sobre a Proposta de Preços apresentada pelas licitantes.

Neste contexto, em sua decisão esta R. Comissão, decidiu sem quaisquer questionamentos, com relação a correção da Proposta de Preços da Recorrida, demonstrando que os preços são condizentes com os preços praticados pelo mercado, ou seja, Preços Exequíveis, vejamos:

- 5.4. Dando continuidade ao certame, o Promotor da Licitação tornou público o valor do desconto ofertado, abaixo destacado:

LICITANTE	DESCONTO (%)
CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA	1,52
LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	20,67

- 5.5. Posto então, o Promotor constatou que o CONSÓRCIO GASODUTO BAHIA e a empresa LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA atenderam às exigências do Edital sendo julgadas classificadas para este certame.

Ademais, em que pese as infundadas alegações da Recorrente, a decisão desta R. Comissão não poderia ser outra, afinal, a Lei que rege a presente licitação é a **Lei 13.303/2016** e referida Lei dispõe, em seu **art. 56**, sobre as condições para a desclassificação das propostas das Licitantes, vejamos:

“Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

...

III - apresentem preços manifestamente inexecutáveis;

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou

II - valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.

...”.

Observa-se, do exposto acima, que o preço ofertado pela Recorrida, em sua Proposta de Preços, não se assemelha a nenhuma das hipóteses definidas em Lei, que pudesse, quiçá, justificar a impugnação da Recorrente arguida a inexequibilidade do preço apresentado.

Do exposto acima, resta cediço que a Recorrida ofertou, no presente certame, preços exequíveis, agora demonstrado a luz da **Lei 13.303/2016**.

Desta maneira, mais uma vez, resta demonstrado, que referida impugnação da Recorrente, quanto a exequibilidades dos preços ofertados, pela Recorrida, retrata, apenas, o seu inconformismo quanto a resultado alcançado, no presente certame licitatório que ocorreu nos moldes definidos no Edital, devendo, o presente recurso ser indeferido de plano, por esta r. Comissão, por ser medida que se impõe.

Pois bem, após as impugnações apresentadas acima, relacionadas aos Itens arguidos pela Recorrente devemos demonstrar ainda, algumas considerações acerca da avaliação feita, por esta r. Comissão, relacionadas a Proposta Técnica da Recorrida, conforme passamos a expor.

Pois bem, analisando a Ata Interna de Análise da Proposta Técnica do Edital de Licitação nº 0030/2023, da BAHIAGÁS, datada de 29 de agosto de 2023, entendemos que, o julgamento

do Item 1.2 da Proposta Técnica da Recorrida, carece de reavaliação por esta R. Comissão. A seguir indicamos a decisão contida na referida Ata, vejamos:

b) Item 1.2 dos critérios:

Apresentou Certificado PMP nº 2087794 emitido pelo Project Management Institute (PMI) em 02 de Outubro de 2017 pelo profissional Ricardo Machado da Costa Veiga.

Conforme critérios de pontuação do item, a LIMA E TORRES acumulou 00 (ZERO) PONTOS, por apresentar certificado do PMP emitido em nome de profissional diverso do item 1.1 do critério, atestando dois responsáveis técnicos, o que vai de encontro ao item 17.1 do Anexo Q4 MEMORIAL DESCRITIVO.

Neste ponto, em que pese, o brilhantismo desta R. Comissão, no tocante a avaliação, entendemos que na pontuação atribuída à Recorrida, como já mencionado, entendemos que houve alguns equívocos em referida análise, que merecem ser reavaliados por esta R. Comissão, conforme passamos a expor.

Com referência ao **Item 1.2 está inserido da Tabela 01 - Tabela de Avaliação do Responsável Técnico das licitantes, do ANEXO C do Edital** apresentamos a seguir, a Tabela 01 - Tabela de Avaliação do Responsável Técnico das licitantes, em sua integralidade, de maneira a possibilitar a demonstração do equívoco contido na análise desta R. Comissão, vejamos:

1.Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:

ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTOS	NOTA
1.1	Responsável Técnico detentor de Acervo Técnico em gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de gasodutos, ou oleodutos, ou dutos de transferência/transporte de fluidos industriais químicos ou petroquímicos, ou minerodutos.	5	
Extensão de rede de dutos em um único projeto, sendo: - Até 25,0 km, e/ou até 50.000 kg – zero ponto. - De 25 a 50 km, e/ou de 50.000 a 75.000 kg – 01 pontos; - De 50 a 100 km, e/ou de 75.000 a 100.000 kg – 3 pontos; - Acima de 100 km e/ou acima de 100.000 kg – 5 pontos.			
1.2	Responsável Técnico certificado válido PMP (Project Management Professional) emitido pelo PMI (Project Management Institute)	5	

1.3	Experiência do Responsável Técnico , pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de implantação de gasodutos, ou de redes de dutos em aço/polietileno para distribuição de produtos químicos ou inflamáveis , ou provenientes de transportes por minerodutos.	5	
1.4	Experiência do Responsável Técnico , pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e elaboração de projetos de Sondagens geotécnicas e geofísicas para definição quantitativa e qualitativa de solos e rochas	5	
Será considerado o tempo de experiência, sendo: - Até 5 anos – zero ponto; - De 5 anos e 1 mês a 8 anos – 60% dos pontos devidos ao item; - Acima de 8 anos – 100% dos pontos devidos ao item.			
TOTAL DE PONTOS		20	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
1. A experiência dos profissionais indicados nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deverá ser comprovada pela apresentação das respectivas CAT e apresentação de certificado válido no item 1.2			

Conforme já demonstrado, anteriormente, nesta impugnação, o Edital, distingui a comprovação da capacidade técnico – profissional, relacionada aos profissionais responsáveis técnicos das licitantes, conforme exigência da Tabela 01, da comprovação da capacidade técnico – profissional, relacionada à equipe técnica apresentada pelas licitantes, conforme exigência da Tabela 02.

Desta maneira, o primeiro critério necessário para o cumprimento das exigências contidas na Tabela 01 - Tabela de Avaliação do Responsável Técnico, é que as licitantes comprovem que o profissional apresentado, seja responsável técnico da licitante, mediante a comprovação da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa junto ao CREA, conforme amplamente demonstrado acima.

E ainda, após as licitantes comprovarem que referido profissional integra o seu quadro de responsáveis técnicos perante o CREA, as licitantes devem ainda, comprovar que o profissional apresentado tenha a experiência exigida em cada um dos 04 Itens constantes na Tabela 01.

Neste contexto, a única forma de um único profissional, cumprir as exigências contidas em todos os itens da Tabela 01, seria, caso referido profissional, possuísse todas as formações profissionais descritas a seguir:

- Item 1.1 - Responsável Técnico detentor de Acervo Técnico em gerenciamento, supervisão e **elaboração de projetos de gasodutos, ou oleodutos, ou dutos de transferência/transporte de fluidos industriais químicos ou petroquímicos, ou minerodutos: necessariamente o profissional apresentado deve ter a formação: engº mecânico, engº químico ou engº industrial, na modalidade mecânica ou química (Decisão normativa nº 32 – CONFEA).**
- Item 1.2 - Responsável Técnico certificado válido PMP (Project Management Professional) emitido pelo PMI (Project Management Institute): **o profissional apresentado pode ter qualquer uma das formações que integram o sistema CONFEA.**
- Item 1.3 - Experiência do Responsável Técnico, pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e **elaboração de projetos de implantação de gasodutos, ou de redes de dutos em aço/polietileno para distribuição de produtos químicos ou inflamáveis, ou provenientes de transportes por minerodutos: necessariamente o profissional apresentado deve ter a formação: engº mecânico, engº químico ou engº industrial, na modalidade mecânica ou química (Decisão normativa nº 32 – CONFEA).**
- Item 1.4 - Experiência do Responsável Técnico, pertencente ao quadro da empresa Licitante, e detentor do Acervo Técnico no gerenciamento, supervisão e **elaboração de projetos de Sondagens geotécnicas e geofísicas para definição quantitativa e qualitativa de solos e rochas: necessariamente o profissional apresentado deve ter a formação: engº civil, geólogo ou geofísico.**

Desta maneira, caso estivesse disposto em Edital, de maneira expressa, **que as licitantes deveriam apresentar um único profissional**, responsável técnico, que satisfizesse integralmente, todas as exigências contidas, **frise-se, nos 04 Itens da Tabela 01**, referido profissional deveria ter no mínimo 02 formações em engenharia.

Referido profissional, deveria minimamente ter uma das formações nas modalidades **engº mecânico, engº químico ou engº industrial, para satisfazer as exigências contidas**

nos itens 1.1 e 1.3 da Tabela 01, além de, este mesmo profissional deveria comprovar ter uma 2ª formação, agora em mais uma modalidade, engº civil, geólogo ou geofísico, de maneira a permitir que um único profissional, responsável técnico pela licitante em tela, satisfizesse todas as exigências contidas na Tabela 01, do ANEXO C do Edital em comento.

Por certo, não foi esta a intenção da Administração.

Suposta exigência, tão restritiva, restringiria a competição no certame licitatório, em flagrante prejuízo à Administração, afrontando os princípios da Lei 13.303/2016, que rege o presente certame licitatório.

Aludida exigência, além de frustrar a competição no presente certame, caso está fosse a intenção da Administração, poderia ensejar em direcionamento ou favorecimento de algum licitante em detrimento dos demais, que pudessem ter, em seu quadro de responsáveis técnicos, diversos profissionais que satisfizessem todas as exigências contidas na Tabela 01.

Tal hipótese, que trazemos a esta impugnação apenas como argumentação para demonstrar que não é foi esta a intenção da Administração, também não se sustenta com a análise detalhada de todos os critérios estabelecidos na Tabela 01, vejamos.

Na Tabela 01, está disposta, de maneira expressa, as exigências específicas contidas para cada um dos 04 itens, os Itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, assim como, está disposta de maneira expressa, no quadro “Informações Complementares”, as determinações gerais aplicadas nos 04 Itens da referida tabela, conforme disposto a seguir:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:
1. A experiência dos profissionais indicados nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deverá ser comprovada pela apresentação das respectivas CAT e apresentação de certificado válido no item 1.2

Conforme expressamente disposto na imagem acima, o quadro informações complementares estabelece que “1. A experiência dos profissionais indicados ...”.

Do disposto acima, a expressão no plural, **“dos profissionais indicados”**, admite de maneira incontroversa a possibilidade das empresas licitantes, apresentarem mais de um profissional, **frise-se, desde que referidos profissionais sejam comprovadamente responsável técnico pela empresa perante do CREA**, para satisfazer integralmente as exigências Editalícias contidas nos Itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

Portanto, resta demonstrado, de maneira cabal que as empresas licitantes poderiam apresentar mais de um profissional para o atendimento integral das exigências contidas nos 04 Itens da Tabela 01.

Como se não bastasse, o Edital dispõe no Item 3.2, caso ocorram divergências entre o disposto em Edital e seus anexos, prevalece o disposto em Edital, vejamos:

3.2.2 – No caso de eventual divergência entre o presente Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

E ainda, o Edital dispõe, no Item 7.4, o Cálculo da Nota Técnica das licitantes, deve ser avaliado conforme disposto no ANEXO C, o qual sua redação foi corrigida mediante promulgação pela R. Comissão da Circular 05, datada de 16/05/2025, disposto a seguir:

7.1.4 - Apresentação do **CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA**, conforme **ANEXO C**, totalmente preenchido pela empresa licitante, com assinatura do seu representante legal, e **acompanhado de todos os atestados, documentos e certificados exigidos para devida comprovação**;

Portanto, em que pese, esta R. Comissão ter atribuído a Recorrida “ZERO PONTOS” referente ao Item 1.2 da Tabela 01, justificado que a Recorrida apresentou certificado do PMP emitido em nome de profissional diverso do item 1.1 do critério, atestando dois responsáveis técnicos, o que vai de encontro ao item 17.1 do Anexo Q4 MEMORIAL DESCRITIVO, reiteramos, **referida justificativa foi equivocada a luz dos esclarecimentos insertos na Tabela 01, em particular, no quadro de “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES” contidas na referida tabela, como demonstrado a exaustão.**

Esclarecemos, o documento formal que normatiza todo o procedimento licitatório, portanto, todos os procedimentos relacionados às diversas etapas licitatórias, em particular, a Avaliação Técnica das Licitantes, mediante o Cálculo da Nota Técnica, conforme disposto no ANEXO C, é o Edital.

E ainda, **ANEXO Q4**, citado pela R. Comissão em sua equivocada justificativa, não normatiza os procedimentos licitatórios.

O **ANEXO Q4**, normatiza a execução do futuro Contrato, mediante o estabelecimento do objeto contratual e das condições, as quais o futuro contrato deverá ser executado pela Licitante vencedora do certame licitatório.

Preemente, estabelecer, referidos momentos não se confundem.

O procedimento licitatório ocorre antes da declaração, pela BAHAGAS, do Licitante vencedor do certame licitatório, normatizado pelo Edital.

A execução contratual, ocorre, após a BAHAGAS assinar o futuro contrato, com a Licitante declarada vencedora do certame licitatório, normatizado pelo **ANEXO Q4**.

E, apenas para que não reste dúvidas, quanto ao integral atendimento da Recorrida a todas as exigências inserir no **Item 1.2**, apresentamos a seguir imagem extraída da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa junto ao CREA, apresentada, demonstrando que o Engº Ricardo Machado da Costa Veiga, integra o seu quadro de responsáveis técnicos, vejamos:

Nome: RICARDO MACHADO DA COSTA VEIGA

Título: ENGENHEIRO MECÂNICO

Do artigo 12, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA,

Origem do Registro: CREA-SP

Número do Registro (CREASP): 5061135079

Registro Nacional: 2604897784

Data de início da responsabilidade técnica: 24/07/2025

Desta maneira, resta demonstrada que a decisão que atribuiu à Recorrida “ZERO PONTO”, referente ao **Item 1.2**, foi equivocada, portanto deve ser reformada por esta R. Comissão.

Portanto, resta demonstrado, mais uma vez, o atendimento integral da Recorrida, quanto às exigências contidas em Edital, em particular com relação aquelas contidas no Item 1.2, quanto a apresentação de profissional responsável técnico pela Recorrida perante o CREA, detentor de certificado do PMP, devendo ser atribuído à Recorrida “5,0 PONTOS” referente ao Item 1.2, por ser medida que se impõe.

Como se não bastasse, após a comprovação do atendimento às exigências contidas no **Item 1.2**, passamos agora, analisar o julgamento desta R. Comissão, quanto a comprovação da experiência do profissional, relacionada ao **Item 2.10 da Tabela 02 do ANEXO C**, vejamos.

Analisando a Ata Interna de Análise da Proposta Técnica, referente ao Item 2.5, a R. Comissão acertadamente consignou que todos os atestados apresentados pela Recorrida, para a comprovação do período de experiência do Engº Geólogo, Renato Muzzolon, são compatíveis com a exigência do Edital.

Entretanto, na análise da documentação apresentada, esta R. Comissão se equivocou na quantificação do tempo de experiência comprovada pela documentação aprovada, conforme justificativa que apresentamos a seguir:

Conforme critérios de pontuação do item, a LIMA E TORRES acumulou 00 (ZERO) PONTOS, por apresentar período de experiência do profissional de 929 dias, ou seja, 2 anos, 6 meses e 19 dias, (desconsiderados nos cálculos os períodos sobrepostos), comprovando tempo de experiência menor que 3 anos.

Em que pese, as alegações desta R. Comissão quanto ao tempo de experiência do profissional apresentado, em verdade a documentação apresentada o Engº Geólogo, Renato Muzzolon, comprova tempo de experiência de 1.215 dias corridos, já descontados do cálculo os períodos sobrepostos, conforme demonstramos a seguir, vejamos.

Para que não reste dúvidas quanto a comprovação do período de experiência dos profissionais apresentados, a Recorrida elaborou uma planilha onde detalhamos, em cada linha a numeração de cada certidão, os períodos de cada documento e o número de dias comprovados em cada documentos, de forma a demonstrar a esta R. Comissão, os equívocos ocorridos nas contagens realizadas.

De maneira, referida planilha torna as verificações mais claras, e efetivas, onde indicamos de forma distinta o **Período da CAT**, assim como, o **Período Considerado**, para cada um dos documentos apresentados.

Importante destacar, nas colunas relacionadas ao **Período Considerado** para cada documentos, não estão considerados eventuais períodos de sobreposição verificados, entre cada uma das certidões, que estão ordenadas de maneira cronológica, evitando assim, enganos ou erros nas análises realizadas.

Desta maneira, a coluna denominada **Períodos (nº dias)**, representa o lapso temporal compreendido entre a data indicada como **Início (DI)** e a data indicada como **Término (DF)**, **como já destacado, já descontados os períodos de sobreposição.**

Importante destacar, ainda, nas linhas onde está atribuído para a Coluna **Períodos (nº dias)** o valor 0 (zero), corresponde a um atestado onde existe a sobreposição integral ao período considerado na linha anterior.

Pois bem, realizados os esclarecimentos acima, apresentamos de maneira clara que os atestados apresentados para a comprovação do período de experiência profissional, do Engº Geólogo, Renato Muzzolon, comprovam 1.215 dias corridos, conforme demonstramos na imagem abaixo:

Item	CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT N°)	Período CAT		Período Considerado		Período (n° dias)	Fórmula
		Início	Termo	Início (DI)	Termo (DF)		
1	CAT 13018/2012	10/02/2011	23/02/2011	10/02/2011	23/02/2011	13	=(DF - DI + 1)
2	CAT 17839/2012	25/05/2012	25/08/2012	25/05/2012	25/08/2012	92	
3	CAT 935/2015	03/10/2012	03/03/2013	03/10/2012	03/03/2013	151	
4	CAT 3761/2013	06/11/2012	06/12/2012			0	
5	CAT 935/2015	05/06/2013	31/01/2014	05/06/2013	31/01/2014	240	
6	CAT 7079/2013	01/07/2013	21/08/2013			0	
7	CAT 1546/2014	01/10/2013	18/11/2013			0	
8	CAT 1020160002314	08/05/2014	20/03/2015	08/05/2014	20/03/2015	316	
9	CAT 1020160002315	29/04/2015	25/04/2016	29/04/2015	25/04/2016	362	
10	CAT 5617/2016	05/04/2016	05/06/2016	25/04/2016	05/06/2016	41	
						0	
				Período Comprovado (n° dias) -		1.215	
				Período Comprovado (n° anos) -		3,33	=(n° dias / 365)

Cumprе destacar, nas células destacadas em amarelo, encontram-se os equívocos que constatamos na avaliação desta R. Comissão e de maneira a facilitar a verificação desta R. Comissão, quanto a correção dos cálculos demonstrados acima, encaminharemos anexo a esta impugnação o arquivo editável da planilha elaborada.

Com relação a planilha acima, destacamos que a única sobreposição observada na análise apresentada por esta R. Comissão, que merece reparo, refere-se a **CAT 5617/2016** que descreve equivocadamente, que a **CAT 5617/2016** comprova 61 dias para o computo da experiência do profissional.

Entendemos que o período correto, comprovado pela **CAT 5617/2016**, é de 41 dias corridos, já descontados os dias de sobreposição, com relação ao período apurado para o documento relacionado na linha acima.

Do exposto, a correção apontada acima é em desfavor da Recorrida, contudo, demonstra a lisura, a seriedade e a transparência que norteiam todas as ações da Recorrida, ao longo da sua história.

Neste sentido, em que pese a necessária correção, descrita acima, em desfavor da Recorrida, também se faz necessária a correção da somatória total, dos períodos efetivamente comprovados em cada um dos atestados apresentados, corrigindo o equivocado período apurado por esta R. Comissão de 929 dias, conforme consignado na Ata de Julgamento promulgada.

Sendo certo, que a somatória de todos os períodos apurados em cada um dos atestados apresentados, totalizam 1.215 dias, ou seja, 03 anos, 04 meses e 15 dias (já descontados nos cálculos os períodos sobrepostos), comprovando assim, de maneira inequívoca, tempo de experiência maior que 03 anos e 1 mês, conforme critério de pontuação estabelecido no Item 2.10, da Tabela 02 do ANEXO C do Edital.

Acreditamos, assim que houve um equívoco desta R. Comissão em atribuir “ZERO PONTOS” a Recorrida, referente ao Item 2.10, devendo referida nota ser reformada.

Portanto, comprovado o equívoco suscitado acima pela Recorrida, quanto a comprovação de tempo de experiência do profissional apresentado para o Item 2.10, resta a esta R. Comissão atribuir à Recorrida “02 PONTOS” referentes ao 2.10, devido o tempo de experiência profissional comprovado, ser maior que 03 anos e 1 mês, conforme critério de pontuação estabelecido no Item 2.10, da Tabela 02 do ANEXO C do Edital, por ser medida que se impõe.

Restando comprovado ainda, o equívoco suscitado acima pela Recorrida, quanto a comprovação de tempo de experiência do profissional apresentado para o Item 2.10, resta a esta R. Comissão atribuir à Recorrida “02 PONTOS” referentes ao 2.10, devido o tempo de experiência profissional comprovado, ser maior que 03 anos e 1 mês, em alinhamento com o estabelecido no critério de pontuação inserto no Item 2.10, da Tabela 02 do ANEXO C do Edital, por ser medida que se impõe.

Por fim, reiteramos, diante de todo exposto, vimos perante a esta R. Comissão Requerer o não conhecimento do recurso interposto pela Recorrente, mediante a comprovação das infundadas alegações apresentadas, revelando o seu inconformismo com o resultado desfavorável no presente certame licitatório.

Entretanto, caso este não seja o entendimento desta R. Comissão, que admitimos apenas considerando o princípio da eventualidade, vimos, respeitosamente, requerer, que a Pontuação Final da Recorrida, seja reformada, conforme Pontuação Final apresentada na Tabela a seguir, reiteramos, em total aderência às fundamentações trazidas acima pela Recorrida em conformidade com o Edital publicado, por ser medida de Justiça:

Recorrida: LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
1.Tabela de Avaliação do Responsável Técnico:	
1.1	5,0
1.2	5,0
1.3	5,0
1.4	5,0
TOTAL DE PONTOS -	20,0
2. Tabela de Avaliação da Equipe Técnica	
2.1	5,0
2.2	5,0
2.3	0,0
2.4	5,0
2.5	2,5
2.6	4,0
2.7	0,0
2.8	2,0
2.9	4,0
2.10	2,0
TOTAL DE PONTOS -	29,5
3.Tabela de Avaliação do Histórico da Empresa Licitante:	
3.1	8,0
3.2	7,5
3.3	7,5
3.4	7,5
TOTAL DE PONTOS -	30,5
4.Tabela Resumo da Avaliação Técnica:	
Equipe Técnica – Responsável Técnico	20,0
Equipe Técnica	29,5
Experiência da empresa	30,5
TOTAL DE PONTOS -	80,0

IV- DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar um dos princípios mais importantes que norteiam o certame licitatório, o ***Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório***, assim, a falta de documentação exigida em Edital para comprovação técnico-profissional, frise-se, de profissional que integre o quadro de responsáveis técnicos da Recorrente perante o CREA, enseja na não observância do referido princípio, ***pelas empresas G5 Engenharia e TCRE***, princípio este que a Comissão de Licitação tem o dever de aplicar, no caso em tela.

Veja que a R. Comissão corretamente desconsiderou atestados do Consórcio recorrente que não atendiam ao edital, como o **atestado COPERGÁS (CAT 220628853/2025)**, que se refere a contrato de fiscalização de obras e não a execução de projetos.

Assim, a R. Comissão de Licitação tem o dever de respeitar as regras, por ela mesma estabelecidas, no instrumento convocatório, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, excluindo referidos documentos, desclassificando e inabilitando a empresa vencedora do certame licitatório.

Nesse sentido, já decidiu o **Superior Tribunal de Justiça** em julgado em que se afirmou:

“A respostas de consulta a respeito de cláusula do edital de concorrência pública é vinculante, desde que a regra assim explicativa tenha sido comunicada a todos os interessados, ela adere ao edital”. (REsp nº 198.665/RJ, rel. Min. Ari Pargendler).

Afinal, inconcebível, determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, o critério de julgamento.

Todos os critérios e todas as exigências constavam, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.

Segundo **Hely Lopes Meirelles**, *“o edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediram. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros, 2011 (pg.275/276).*

Por este motivo, é que não deverá ocorrer em hipótese alguma o descumprimento ou a flexibilização do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto na via administrativa, quanto na via judicial, não podendo a empresa derrotada no certame licitatório produzir documentação, posterior, ao momento no qual já deveria ter produzido, no caso em tela, no momento da apresentação das suas propostas em 25/07/2025.

Portanto, a R. Comissão desta licitação, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório.

A R. Comissão do certame tem o dever de garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, sendo necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.

Neste ponto, a jurisprudência é clara ao dispor:

“EMENTA - ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL LICITATÓRIO. ART. 41, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93. VIOLAÇÃO. DEVER DE OBSERVÂNCIA DO EDITAL. I - Cuida-se, originariamente, de Mandado de Segurança impetrado por SOL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, contra ato do Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, que a excluiu da fase de habilitação por ter entregue a documentação exigida para essa finalidade com 10

minutos de atraso.(dez) II - O art. 41 da Lei nº 8.666/93 determina que: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada." III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da res pública. Outra não seria a necessidade do vocábulo "estritamente" no aludido preceito infraconstitucional. IV - "Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital."(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385) V - Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se "estritamente" a ele. VI - Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 421946 DF 2002/0033572-1, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 07/02/2006, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 06/03/2006 p. 163RSTJ vol. 203 p. 135). (Grifos nossos).

“EMENTA - RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – PREGÃO PRESENCIAL – DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA – DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA EDITALÍCIA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO LICITATÓRIO Ação mandamental impetrada visando a anular ato administrativo que desclassificou a impetrante do pregão presencial, em face da ausência de apresentação de Planilha Cronograma de Desembolso Financeiro exigido no edital, e, assim, impediu-a de adjudicar o objeto da licitação. O princípio da vinculação ao edital obriga as partes às regras editalícias em conformidade com a legislação pertinente. Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10004517720208260302 SP 1000451-77.2020.8.26.0302, Relator: Nogueira Diefenthaler, Data de Julgamento: 09/03/2021, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09/03/2021)”.

Essas decisões reforçam que, exigir a demonstração da experiência necessária, e o vínculo técnico, para a comprovação da capacidade técnico – profissional, dos responsáveis técnicos pelas licitantes junto ao CREA é legítimo, por certo, serão estes profissionais que se responsabilizarão tecnicamente pelo futuro contrato.

No caso da proposta técnica da empresa **G5 Engenharia e TCRE**, resta demonstrado a falha na comprovação exigida, devendo referidas empresas serem desclassificadas do certame licitatório por descumprimento do edital, ausência de apresentação de profissional que integre o seu quadro de Responsáveis Técnicos, perante o CREA, no momento da Licitação.

V – PEDIDOS

Diante do exposto, requer o não conhecimento do recurso interposto pelo Consórcio Gasoduto Bahia, por inadmissibilidade.

Requer, subsidiariamente, caso conhecido, a total, improcedência, diante da ausência de fundamentos jurídicos válidos legais.

Requer, a manutenção integral da decisão da Comissão de Licitação, preservando-se a nota atribuída à Impugnante e a respectiva classificação final.

Requer por fim, o registro em ata da presente impugnação, como garantia da publicidade e da segurança jurídica do certame.

Termos em que, com as cautelas de estilo,
Pede Deferimento

Salvador, 23 de setembro de 2025

LIMA & TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
ENGº REYNALDO BATISTA DE LIMA NETO